



SUMÁRIO

1 – Introdução	03
2 – Apresentação	04
3 – Pontos de acompanhamento	16
4 – Plano Amostral para o exercício de 2015	21
5 - Mecanismos de controle	22
6 - Resultados – exercício 20125	23
. Condições estruturais das escolas: . Recursos recebidos pelas unidades visitadas . Climatização . Prestação de Serviços de Limpeza	24
. Quadras esportivas: existência e condições estruturais	41
. Laboratórios de informática: existência e utilização	45
. Alimentação Escolar: orçamento, tipos de refeições servidas, consumo, aceitação do cardápio e qualidade dos gêneros alimentícios	47
. Escolas Municipais: Corpo docente, agente educador, agente administrativo.	57
Resultados dos Questionários: Professores, Pais e Alunos e Controle Social	64
7 - Conclusão	76

INTRODUÇÃO

Versa o presente sobre relatório consolidado dos resultados obtidos no Programa de Visitas às Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino da Cidade do Rio de Janeiro – Exercício 2015.

Neste relatório serão apresentados diversos indicadores na área da Educação que poderão servir como parâmetros para futuras intervenções e/ou estudos por parte dos Gestores da Secretaria Municipal de Educação – SME.

APRESENTAÇÃO

Ao longo do tempo, o Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro – TCMRJ - vem mantendo o seu compromisso que é o de fiscalizar a administração pública municipal buscando um maior controle nos gastos públicos, fortalecendo a importância, por ele exercida, junto à sociedade.

Assim, vem agindo de forma mais direta e constante junto aos órgãos fiscalizados de modo a permitir que, muitas vezes, atos ou procedimentos imperfeitos, antes adotados, sejam revistos pelos seus dirigentes, ainda na execução de seu objeto, adequando-os à legislação pertinente. Este controle tem como objetivo final o bom emprego do dinheiro público.

Desta forma, e com a intenção de manter a eficácia no controle externo através de ações mais imediatas, o TCMRJ iniciou em 2003 um trabalho junto às escolas que possuem turmas de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental que compõem a Rede Municipal denominado Programa de Visitas às Escolas.

A partir do terceiro ano do Programa de Visitas, foi diagnosticada a necessidade de reformulação dos papéis de trabalho e dos procedimentos. Percebeu-se também a necessidade de se garantir respaldo técnico-científico para as conclusões estatísticas resultantes do desenvolvimento do trabalho.

Sendo assim, foi contratada a consultoria da Fundação COPPETEC da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo como objetivos a definição de um plano amostral, a avaliação e validação dos procedimentos que vinham sendo utilizados e a crítica dos demais papéis de trabalho.

Nos estudos elaborados pela COPPETEC, foram definidos três planos amostrais: um para a pesquisa com os alunos e pais, outro para a pesquisa com os professores e o terceiro para as escolas da rede pública municipal. Em cada um deles, o ponto de recorte básico para o cálculo dos tamanhos das amostras foi a Coordenadoria Regional de Educação – CRE.

O Programa visa à realização de um acompanhamento mais direto e constante das escolas, propiciando, assim, ações imediatas por parte dos gestores envolvidos, solucionando com rapidez as impropriedades detectadas pelo Tribunal e mantendo a Secretaria Municipal de Educação ciente dos problemas em suas unidades.

O trabalho é realizado junto aos alunos, pais, diretores escolares, professores, coordenadores e gestores da SME, por meio das pesquisas

e das entrevistas e da presença orientadora do órgão de controle nas escolas, fortalecendo a aproximação entre o usuário e a administração e possibilitando a identificação de demandas e sugestões.

O programa prevê a continuidade de suas ações ao longo do exercício e da gestão, sendo esse um de seus fundamentos. As escolas são visitadas ao longo do ano, abrangendo as onze Coordenadorias Regionais de Educação (CREs), de maneira que todas essas CREs sejam contempladas.

O encerramento de cada exercício não significa que o trabalho esteja completo. As unidades escolares listadas para monitoramento são novamente visitadas no ano seguinte, enquanto outras escolas são selecionadas. No exercício seguinte, todo o procedimento se repete, possibilitando uma avaliação abrangente das gestões quadrianuais de governo na área de educação.

Durante a execução do programa, são utilizadas várias técnicas de auditoria operacional (aplicação de questionários, grupo focal, etc) e de auditoria de conformidade (execução contratual, prestações de contas, etc).

A equipe que visita a escola aplica três modelos de questionário, realiza entrevista bem como registra fotograficamente as fragilidades observadas na unidade para posterior elaboração de relatório. Desta forma, discriminamos a seguir:

ENTREVISTAS

O objetivo da entrevista é a obtenção de dados atualizados da escola no que diz respeito a diversos fatores. Desta forma, o auditor utiliza um *checklist* que contempla 69 itens e tem como fontes de informação os diretores, os responsáveis pelo preparo da refeição (merendeiros ou agentes preparadores de alimentos) e os próprios auditores através de sua observação direta. Com isso, são verificados itens como estrutura, refeição, segurança, carência de professores, etc.



QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

O questionário aplicado aos alunos é composto de 23 itens relativos a tudo o que envolve o universo discente, desde a frequência de consumo do almoço escolar até a carência de professores. Através das respostas a essas perguntas, a equipe obtém a avaliação que os estudantes fazem da sua própria escola, propiciando-lhes a oportunidade de exercer o seu direito à cidadania.

Durante a aplicação desse questionário, é feita uma breve explanação aos alunos do que é o Tribunal de Contas, a sua atuação na fiscalização dos recursos públicos e o que esta Instituição pode fazer para assegurar melhorias favoráveis à sociedade, além de informações sobre a importância da refeição servida na escola e orçamento e valores recebidos pela unidade. Tudo numa linguagem adequada para o público adolescente.



Essa pequena palestra é um dos momentos mais importantes da visita, é o encontro do órgão que serve à sociedade com uma parcela de seus cidadãos da qual depende o futuro da cidade.

A utilização de questionários para os alunos limitou o público-alvo do programa aos estudantes do 6º ao 9º ano do ensino fundamental, tendo em vista que esses teriam a maturidade necessária para responder às questões propostas.

QUESTIONÁRIO ENCAMINHADO PARA OS PAIS DOS ALUNOS ENTREVISTADOS

Aproveitando a palestra proferida aos alunos entrevistados, a equipe do TCMRJ distribui a cada um deles um envelope contendo um questionário com 18 itens a ser entregue aos responsáveis com tarifa de retorno do correio paga pelo Tribunal de Contas. Esses questionários contêm perguntas que visam à obtenção de informações das condições socioeconômicas das famílias dos alunos, além da visão dos respectivos responsáveis acerca da escola em que os filhos estudam.



Dentro ainda do envelope, além do questionário destinado ao responsável, segue uma carta explicação que contém a proposta da pesquisa, instruções para devolução, incentivo para o preenchimento, formas de contato com o Tribunal de Contas e agradecimento.


Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro
3ª Inspeção Geral

Pesquisa de Avaliação das Escolas da Rede Municipal

Sr(a) Responsável,

O Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro (TCMRJ) tem como objetivo controlar e fiscalizar os gastos realizados pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o TCMRJ está realizando uma avaliação das escolas municipais com o objetivo de verificar e acompanhar, detalhadamente, as condições gerais das unidades (parte estrutural, elétrica e hidráulica), merenda escolar, limpeza, segurança, presença dos alunos e falta de professores.

Dessa forma, além de visitar as escolas e entrevistar professores e alunos, estamos consultando também seus responsáveis, para que possamos conhecer um pouco das famílias daqueles que desejam uma escola melhor. Assim, gostaríamos de contar com sua opinião, respondendo a este questionário (frente e verso) da forma mais sincera possível.

As informações aqui prestadas serão utilizadas apenas pelo TCMRJ. É muito importante que o questionário seja respondido até 30 dias após o seu recebimento, para que as opiniões e sugestões façam parte deste trabalho. O envio de sua resposta é GRATUITO, com as DESPESAS DE CORREIO JÁ PAGAS PELO TCMRJ, bastando apenas colocar o questionário respondido dentro do mesmo envelope que o(a) Sr(a) recebeu e entregá-lo em qualquer agência ou caixa coletora dos correios.

Em caso de dúvida entre em contato com o TCMRJ através dos telefones 3824-3746 e 3824-3633.

UMA BOA ESCOLA SE FAZ COM A UNIÃO DE TODOS.

AGRADECEMOS PELA SUA COLABORAÇÃO.

Os trabalhos já realizados podem ser consultados pela internet no endereço www.tcmrj.gov.br - Atuação, Programa de Visitas às Escolas Municipais.

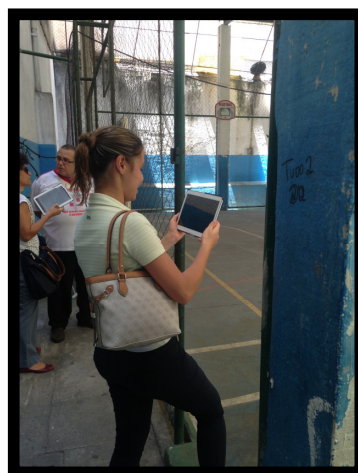
QUESTIONÁRIO PARA OS PROFESSORES

O questionário aplicado aos professores tem como objetivo uma avaliação proveniente destes profissionais sobre a situação da unidade em que trabalham. Os 11 itens propostos envolvem temas como as condições de trabalho, a avaliação da parte pedagógica, ocorrência de possíveis atos de violência e outras questões. Esses questionários poderão ser confrontados posteriormente com as informações da direção e dos alunos.



REGISTRO FOTOGRÁFICO

Durante a visita realizada para a execução do Programa, os auditores do TCMRJ registram fotograficamente as condições gerais da escola.



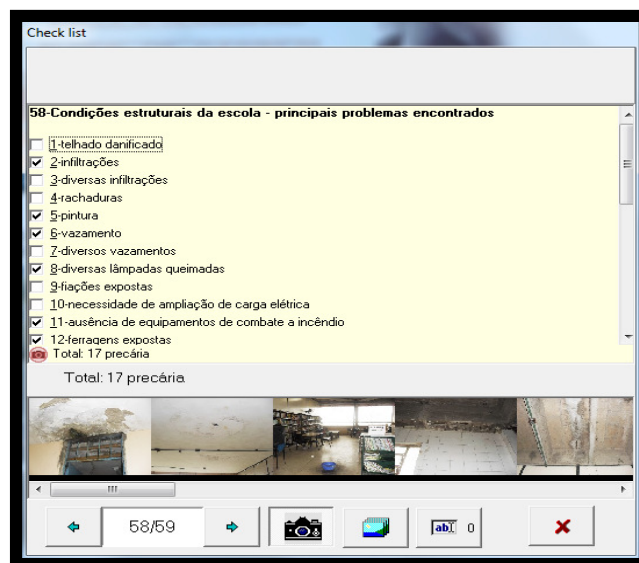
As respostas oriundas do *checklist* e dos questionários aplicados aos alunos, professores e aos pais são ingressadas em um software intitulado de Sistema Estatístico de Dados – SED –, que foi criado pelo TCMRJ especificamente para armazenar esses dados e gerar informações estatísticas. O SED possui um sistema de pesquisa com interface bastante simples e de fácil utilização.



O programa armazena todas as informações sobre as escolas visitadas, permitindo uma visão geral da situação de cada uma delas de maneira individualizada. Permite ainda consultas e comparações por bairro, por Coordenadorias Regionais de Educação - CRE, por impropriedade constatada, entre outras.

Através do programa é feita uma avaliação automática, uma vez que o mesmo atribui pontuação para cada tipo de imperfeição detectada. Sendo assim, cada unidade escolar tem um total de pontos atribuídos conforme os problemas apontados.

Foram definidos números mínimos e máximos de pontos que as escolas podem atingir para terem suas condições estruturais consideradas: boas, razoáveis, razoáveis com risco ou precárias.



As pontuações e os problemas definidos para análise da estrutura da escola são parâmetros pré-estabelecidos pela equipe executora do trabalho, visando à criação de indicadores de avaliação dentro do mencionado trabalho.

Vale ressaltar que a indicação da existência de escolas consideradas razoáveis com risco ou precárias não significa necessariamente que aquelas unidades não possam funcionar, mas sim que funcionam de maneira inadequada.

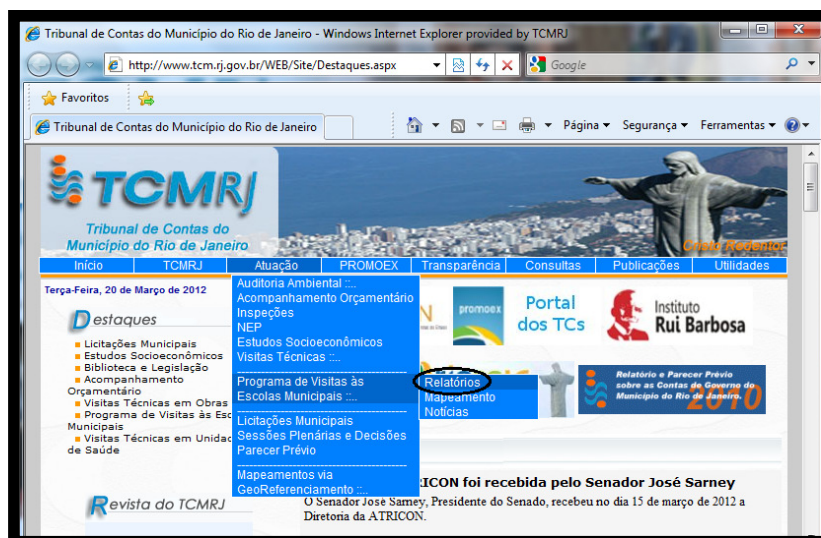
RELATÓRIOS

Após ingresso das informações e fotos das escolas visitadas no SED, o mesmo gera, automaticamente, um relatório que depois da tramitação interna no TCMRJ, é encaminhado à SME para que a jurisdicionada tome ciência das impropriedades apontadas e as providências necessárias.

Esses relatórios são divididos por Coordenadorias. Portanto, ao longo do ano, são gerados 10 desses documentos. Através deles pode-se avaliar e acompanhar as condições de funcionamento de cada unidade escolar.

O Tribunal realiza a divulgação dos resultados e dos indicadores criados pelo Programa de Visitas às Escolas Municipais através da publicação dos relatórios em seu site. Para visualização, basta acessar www.tcm.rj.gov.br e na página inicial seguir os seguintes passos conforme ilustração:

Atuação → Programa de Visitas às Escolas Municipais → Relatórios



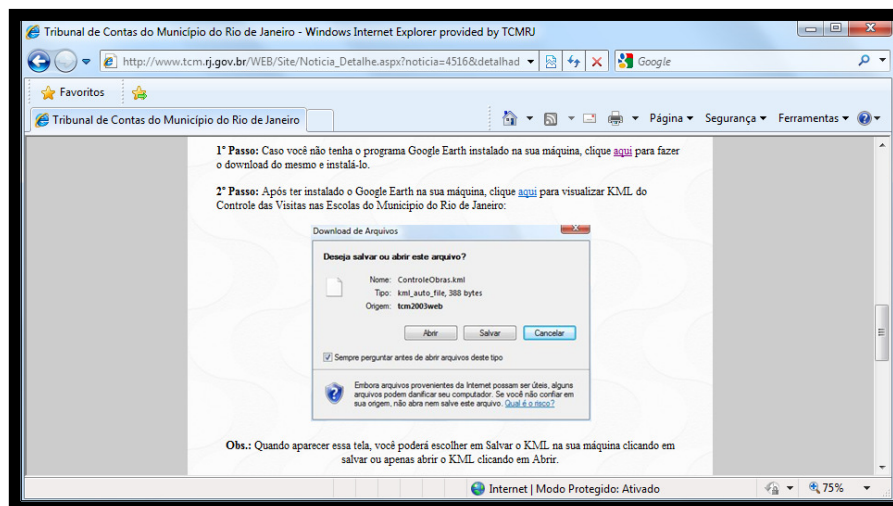
Como forma de demonstrar a importância do controle social, esta Corte de Contas passou a partir do mês de abril de 2010 a divulgar os resultados e os indicadores criados pelo Programa de Visitas às Escolas Municipais, não só através da publicação dos relatórios em seu site, mas também, através do *Google Earth*. Para acessar essas informações, basta acessar www.tcm.rj.gov.br e na página inicial seguir os seguintes passos conforme ilustração:

Atuação → Programa de Visitas às Escolas Municipais → Mapeamento

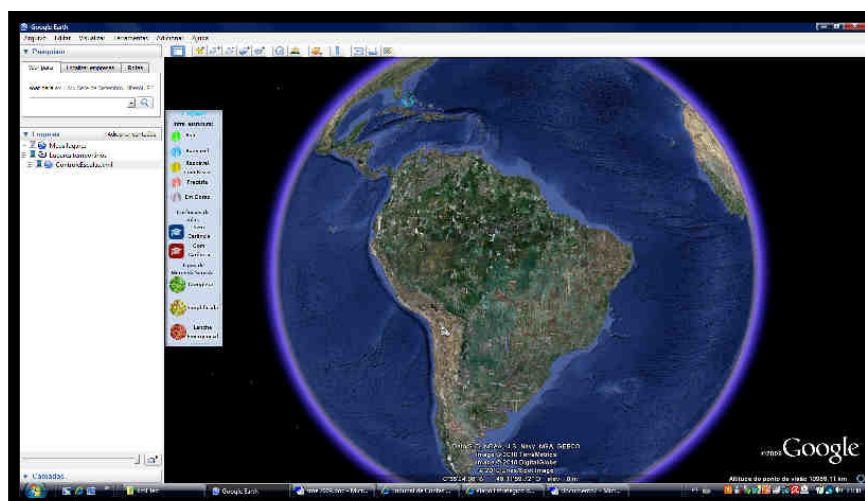


A partir desta ferramenta, qualquer cidadão, através do site do TCMRJ (www.tcm.rj.gov.br), poderá de duas maneiras visualizar os resultados obtidos pela equipes que realizam o Programa de Visitas às Escolas.

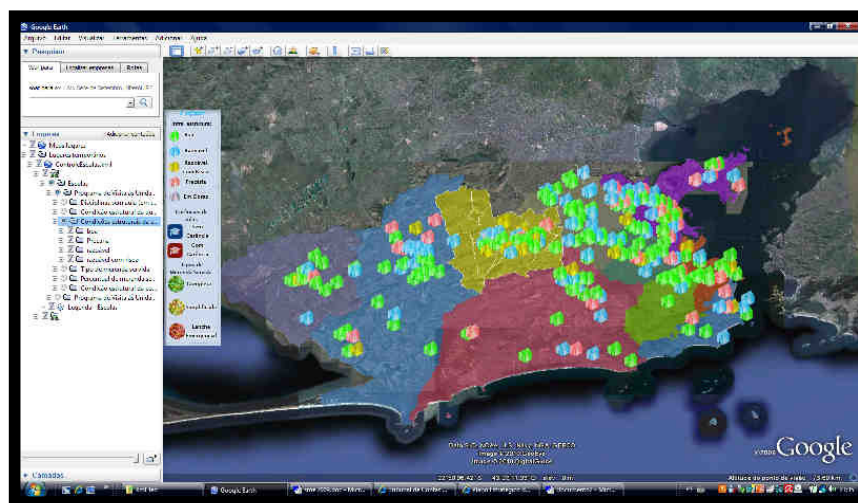
Na primeira forma, o cidadão poderá ter uma visão completa. Nesta opção poderá ser baixado um arquivo (figura abaixo) que lhe permitirá ter uma visão mais ampla das escolas municipais que foram inspecionadas pelo TCMRJ, por exercício.



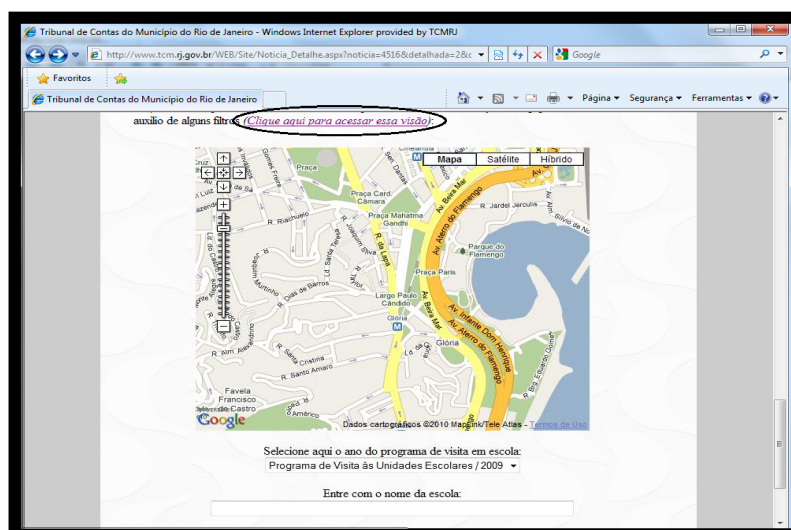
A visualização poderá ser feita por escolas e agrupadas as condições observadas pelas equipes relativas a estrutura geral, carência de professor por disciplina, existência e condições da quadra, tipos de refeições servidas e outros aspectos da unidade escolar.



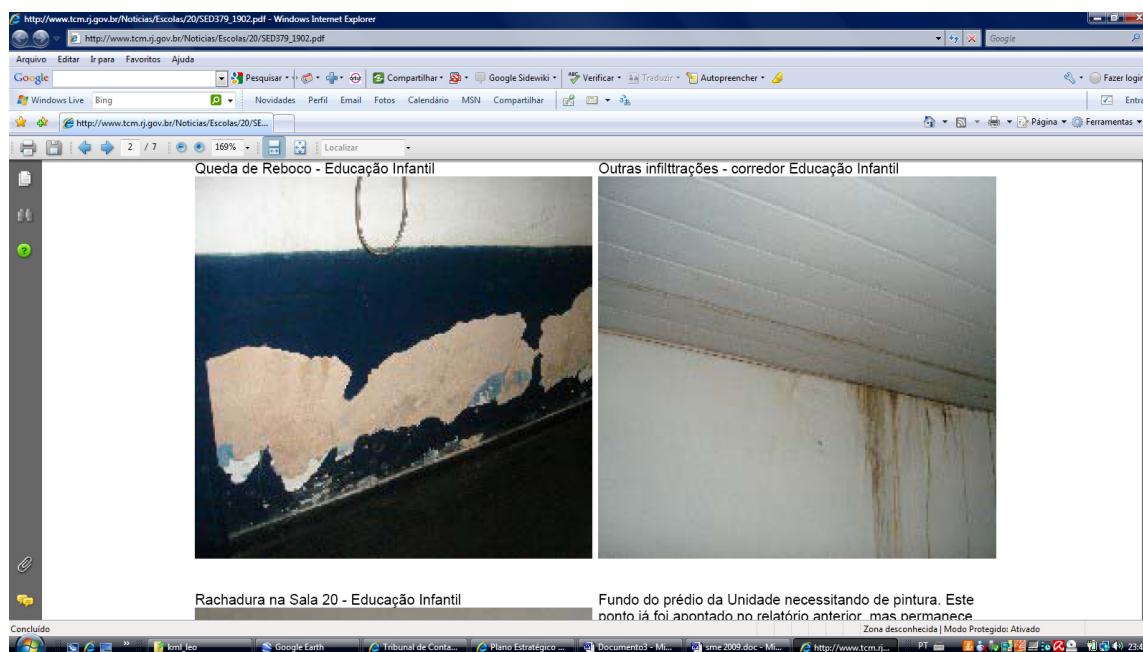
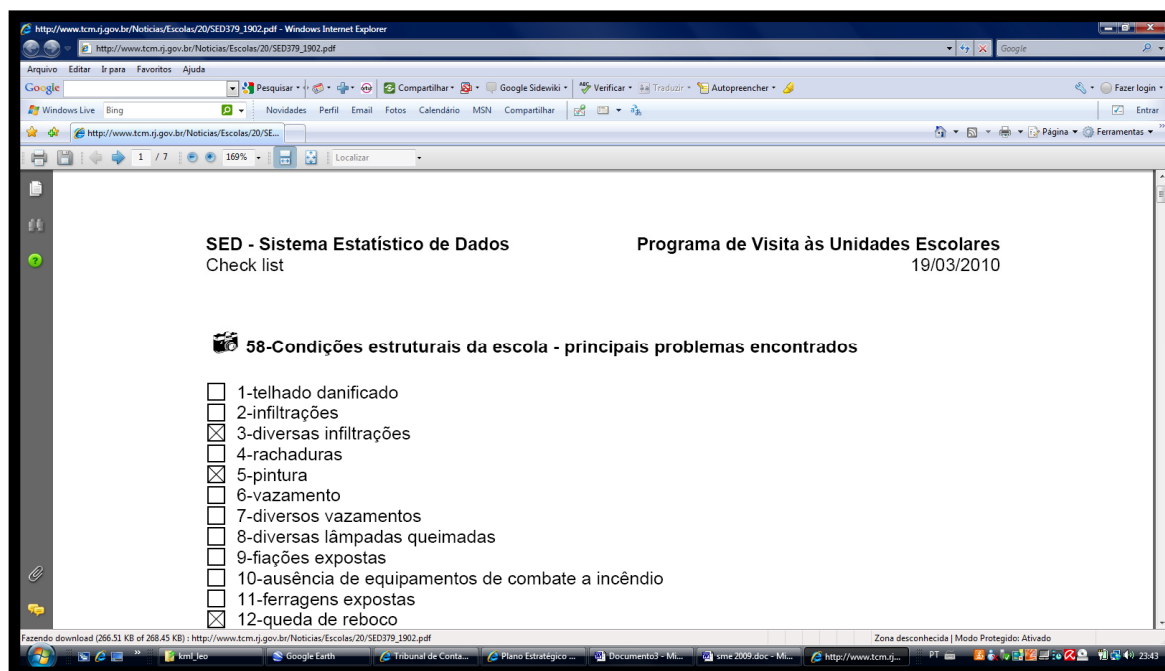
Por exemplo, poderão ser visualizadas as escolas agrupadas pelas suas condições estruturais, da quadra, da cozinha, escolas com disciplinas sem tempos de aula, pelo tipo de merenda servida etc. A ilustração a seguir é a visualização de escolas filtradas de acordo com as condições estruturais.



Na segunda forma, o cidadão terá uma visão simplificada. Nesta opção, o usuário poderá verificar, especificamente, se uma determinada escola foi visitada pelo TCMRJ nos exercícios disponíveis, obtendo a avaliação da equipe, em vários itens, com o auxílio de algum filtro (conforme figura a seguir).



Nas duas formas, ao clicar no item desejado, o cidadão conhecerá a avaliação do TCMRJ e as fotos colocadas no Sistema Estatístico de Dados – SED.



Dessa forma, os responsáveis pelos alunos, bem como a sociedade como um todo, poderão ter a certeza da qualidade empregada na educação de seus filhos, cobrando, no caso desta ser insuficiente, a ação devida por

parte do Poder Público, contribuindo para o aumento constante da eficiência na prestação deste serviço público que é garantido pela Constituição Federal e essencial ao desenvolvimento da nossa sociedade.



Em dezembro de 2015, esta Corte de Contas lançou o aplicativo: TCMRJ – Visitas às Escolas, disponível para download no google play ou apple store (plataforma android e IOS), que permite ao cidadão:

1. Conhecer melhor o Programa de Visitas às Escolas.

Todas as explicações sobre como funciona o Programa estão disponíveis.

2. Acompanhar o Programa de Visitas às Escolas.

Visualize as condições das unidades escolares visitadas em 2015, inclusive as fotos que foram tiradas pelas equipes das estruturas e das quadras.

Bastando para isso escolher:

- uma unidade escolar específica;
- unidades escolares compreendidas em determinada Coordenadoria Regional de Educação (CRE) ou
- unidades escolares que obtiveram uma determinada classificação (boa, razoável, razoável com risco ou precária).

3. Participar.

Enviar uma solicitação, inclusive com foto, relatando problemas observados na educação pública municipal, da Educação Infantil ao 9º ano do Ensino Fundamental.

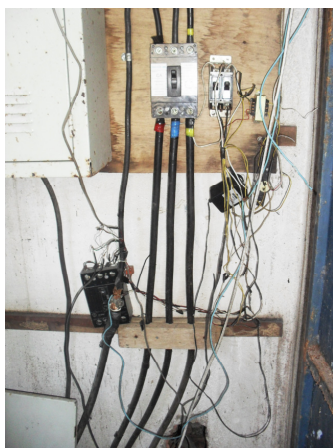
PONTOS DE ACOMPANHAMENTO

Alguns dos pontos avaliados pela equipe do TCMRJ.

ESTRUTURA



FÍSICA



ELÉTRICA



HIDRÁULICA

LIMPEZA



INTERNA



EXTERNA

SEGURANÇA



RONDA ESCOLAR

ASSALTO/FURTO

EQUIPAMENTOS DE COMBATE A
INCÊNDIO

CONDIÇÕES DAS SALAS DE AULA



NÚMERO DE ALUNOS

MOBILIÁRIO

VENTILAÇÃO

ILUMINAÇÃO

SALA DE LEITURA



EXISTÊNCIA NA UNIDADE

CONDIÇÕES ESTRUTURAIS

ARMAZENAMENTO DOS LIVROS

LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA



- EXISTÊNCIA NA UNIDADE
- CONDIÇÕES ESTRUTURAIS
- EQUIPAMENTOS

QUADRAS ESPORTIVAS



- CONDIÇÃO ESTRUTURAL
- EQUIPAMENTOS QUEBRADOS E/OU AUSENTES
- EXISTÊNCIA DE VESTIÁRIOS

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR



- ENTREGA DOS GÊNEROS ALIMENTÍCIOS
- QUALIDADE DOS ALIMENTOS
- ARMAZENAMENTO
- CARDÁPIO
- PERCENTUAL DE REFEIÇÕES SERVIDAS
- ACEITAÇÃO DOS ALUNOS POR GÊNERO ALIMENTÍCIO
- CAMPANHAS NUTRICIONAIS

COZINHAS



- CONDIÇÕES ESTRUTURAIS
- EQUIPAMENTOS

REFEITÓRIO



- CONDIÇÃO ESTRUTURAL
- MOBILIÁRIO
- CAPACIDADE MÁXIMA DE ATENDIMENTO

CORPO DOCENTE



- CARÊNCIA DE PROFESSORES PELA VERIFICAÇÃO DE TEMPOS SEM AULA POR DISCIPLINA
- DUPLA REGÊNCIA POR DISCIPLINA
- COMPRESSÃO DE TURMAS

PLANO AMOSTRAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015

- Visitadas 195 escolas
- Entrevistados 2.391 alunos
- Entrevistados 997 professores
- 2.391 questionários encaminhados aos pais

Margem de erro: 5% para as visitas

2% para as entrevistas com alunos

3% para as entrevistas com professores e pais

❖ Nível de confiança da pesquisa – 95%

Coordenadoria Regional de Educação	Escolas visitadas	Alunos entrevistados	Professores entrevistados	Nº de questionários enviados para os Pais
1ª	10	102	56	102
2ª	21	206	129	206
3ª	19	197	91	197
4ª/11ª	29	331	123	331
5ª	21	260	92	260
6ª	12	170	60	170
7ª	21	283	126	283
8ª	23	310	126	310
9ª	19	260	95	260
10ª	20	272	99	272
TOTAL	195	2391	997	2391

O Programa de Visitas às Escolas tem como foco principal as unidades que possuem turmas do 6º ao 9º ano. Sendo assim, conforme informações trazidas à esta Corte pela Jurisdicionada, existem 372 unidades escolares na Rede que estariam dentro do escopo do mencionado programa. No exercício de 2015, foram visitadas 195 escolas correspondendo a aproximadamente 52% de todas as unidades dentro das condições já mencionadas

MECANISMOS DE CONTROLE

Em virtude da necessidade de se acompanhar as escolas já visitadas e manter a continuidade dos procedimentos de controle propostos pelo Programa é realizado o monitoramento dessas unidades, tendo como objetivo o acompanhamento das ações formuladas pela Secretaria Municipal de Educação dentro das suas possibilidades orçamentárias e discricionárias, visando corrigir as imperfeições detectadas quando da realização do Programa de Visita. No exercício de 2009, foram assinaladas para monitoramento 74 unidades escolares, representando 37,94% do total de escolas visitadas. No exercício de 2010, foram assinaladas para monitoramento 62 unidades escolares, representando 31,79% das escolas visitadas, em 2011, foram apontadas 72 escolas para monitoramento, representando 36,92% do total, em 2012, este percentual subiu para 46,66% das unidades visitadas. Em 2013, este percentual teve uma pequena redução - 45,12%, no exercício de 2014 verificamos nova redução para 40%. Porém, em 2015, detectou-se um aumento para 53%, assim distribuídas por Coordenadoria Regional:

Coordenadorias	Total de escolas visitadas	Total de escolas monitoradas	% em relação ao total visitado
1ª. CRE	10	03	20
2ª. CRE	21	14	47
3ª. CRE	19	12	52
4ª./11ª. CRE	29	20	58
5ª. CRE	21	12	42
6ª. CRE	12	03	25
7ª. CRE	21	11	42
8ª. CRE	24	08	20
9ª. CRE	19	08	36
10ª. CRE	20	13	55
Total	195	104	53

RESULTADOS DO PROGRAMA DE VISITAS ÀS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO - EXERCÍCIO 2015

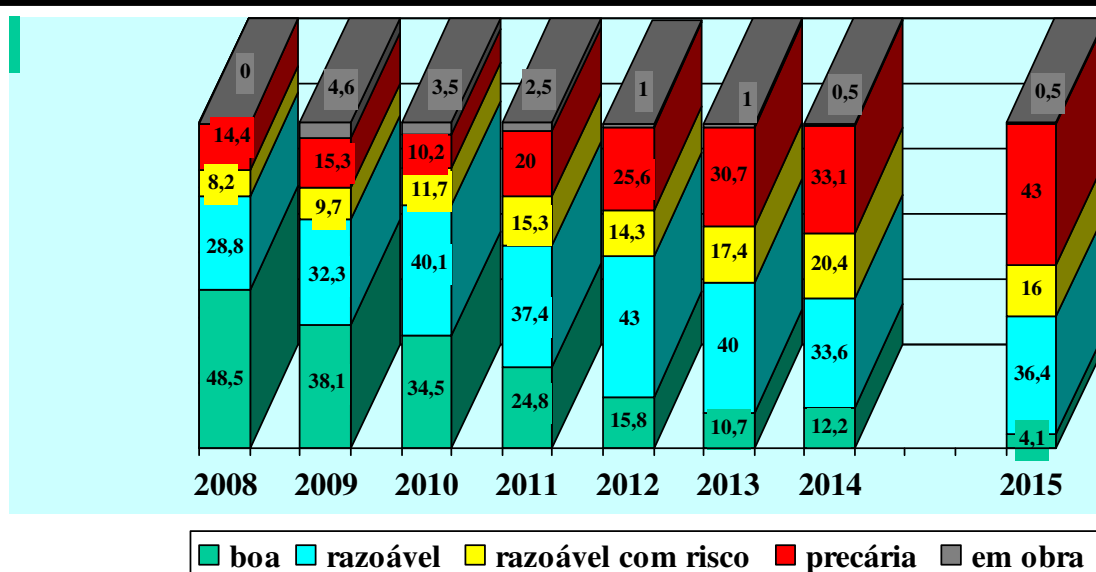
Vários foram os indicadores criados após a realização das visitas e o ingresso dos dados no Sistema Estatístico de Dados, cujos resultados mais significativos são mostrados a seguir:

CONDIÇÃO ESTRUTURAL DAS ESCOLAS

Visando verificar as condições das escolas, foi criado grupo de trabalho multidisciplinar, composto por auditores do TCMRJ, que definiram os principais problemas estruturais que poderiam ocorrer nos prédios públicos, notadamente naqueles que funcionariam como unidades escolares. Após a detecção dos problemas, o grupo definiu uma pontuação para cada tipo de imperfeição, de maneira que quanto mais pontos a unidade acumulava, mais problemas ela apresentava. Além disso, foram definidos os números máximos de pontos que as escolas poderiam atingir para terem suas condições estruturais consideradas: boas, razoáveis, razoáveis com risco e precárias. Deve ser mencionado que as escolas consideradas razoáveis com risco seriam aquelas no limite prudencial de serem classificadas como precárias, não significando que as mesmas apresentam riscos de desabamento.

OBS.: As pontuações e os problemas definidos para análise da estrutura da escola são parâmetros pré-estabelecidos pela equipe executora do trabalho, visando à criação de indicadores de avaliação dentro do mencionado trabalho. A indicação da existência de escolas consideradas razoáveis com risco e precárias não significa que aquelas unidades não possam funcionar, mas sim que funcionam de maneira não satisfatória para o conforto dos alunos e professores, servindo de sinalização para que medidas mais densas por parte da Secretaria Municipal de Educação possam ser tomadas.

Esse procedimento teve como objetivo minimizar a subjetividade na avaliação das condições estruturais das unidades. A equipe de visita apenas assinala no check-list os problemas detectados. Ao lançar os dados coletados no SED, o próprio sistema classifica a estrutura da unidade como precária, razoável, razoável com risco ou boa. Os resultados obtidos são apresentados a seguir:



De acordo com o gráfico anterior, podemos perceber que existem 43% de escolas consideradas precárias em funcionamento, 16% em condições razoáveis com risco, 36,4% razoáveis e 4,1% em condições boas (dentro dos parâmetros estabelecidos para a execução do Programa de Visitas). Em relação ao ano de 2014, houve um acréscimo considerável no percentual de unidades consideradas precárias. Se tomarmos por base o exercício de 2008 (início do Programa de Visitas) até o exercício de 2015, o acréscimo de escolas consideradas como precárias pelo TCMRJ, subiu de 35 para 84 unidades, ou seja, um aumento de 240%. A seguir a relação destas unidades

Unidade	Nome
0103005	Escola Municipal Mário Cláudio
0103006	Escola Municipal Jenny Gomes
0204001	Escola Municipal Deodoro
0204005	Escola Municipal José de Alencar
0205001	Escola Municipal São Tomas de Aquino
0206005	Escola Municipal George Pfisterer
0206501	Ciep Presidente João Goulart
0208010	Escola Municipal Soares Pereira
0209009	Escola Municipal República Argentina
0209010	Escola Municipal Equador
0209021	Escola Municipal Presidente João Goulart
0209025	Escola Municipal Francisco Campos
0312006	Escola Municipal Ministro Orosimbo Nonato
0312009	Escola Municipal George Sumner
0312012	Escola Municipal Manoel Bomfim
0312030	Escola Municipal Marechal Estevão Leitão de Carvalho
0312031	Escola Municipal Eurico Salles
0313011	Escola Municipal José Eduardo de Macedo Soares
0313020	Escola Municipal Bento Ribeiro
0313040	Escola Municipal Brigadeiro Faria Lima
0313044	Escola Municipal João Kopke
0313049	Escola Municipal Virgílio de Melo Franco
0410003	Escola Municipal Ruy Barbosa
0410004	Escola Municipal Pedro Lessa
0410009	Escola Municipal Dilermando Cruz
0410021	Escola Municipal Brasil
0410022	Escola Municipal Odilon de Andrade
0411005	Escola Municipal Presidente Eurico Dutra
0411010	Escola Municipal Brant Horta
0411020	Escola Municipal Grécia
0411028	Escola Municipal São Paulo
0420001	Escola Municipal Cuba
0420005	Escola Municipal Dunshee de Abranches
0420007	Escola Municipal Rotary
0420012	Escola Municipal Brigadeiro Eduardo Gomes

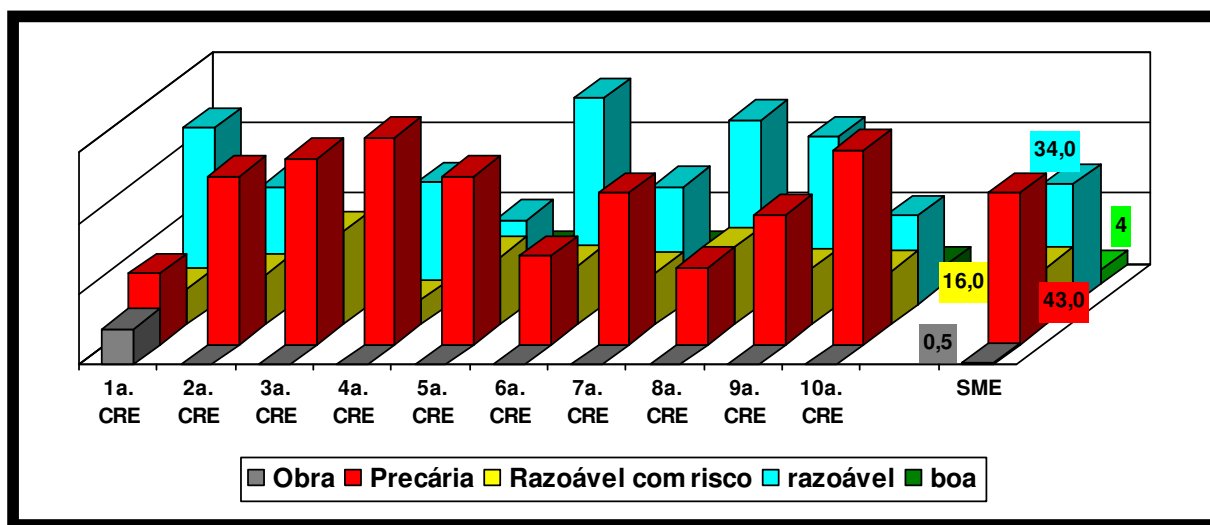
0420015	Escola Municipal Leonel Azevedo
0420031	Escola Municipal Conjunto Praia da Bandeira
0430005	Escola Municipal Tenente General Napion
0431018	Escola Municipal República do Líbano
0514015	Escola Municipal Barcelona
0514019	Escola Municipal Rosa Bettiato Zattera
0515001	Escola Municipal Pará
0515011	Escola Municipal Embaixador João Neves da Fontoura
0515028	Escola Municipal Evangelina Duarte Batista
0515029	Escola Municipal Professor Carneiro Felipe
0515038	Escola Municipal França
0515040	Escola Municipal Professor Souza da Silveira
0515041	Escola Municipal Oswaldo Teixeira
0515060	Escola Municipal Irmã Zélia
0622014	Escola Municipal Bélgica
0625019	Escola Municipal Escultor Leão Velloso
0625030	Escola Municipal Telêmaco Gonçalves Maia
0716001	Escola Municipal Francis Hime
0716011	Escola Municipal Marechal Canrobert Pereira da Costa
0716040	Escola Municipal Eunice Weaver
0716046	Escola Municipal Professora Felicidade de Moura Castro
0716054	Escola Municipal Pio X
0716063	Escola Municipal Sobral Pinto
0716210	Ciep Dr. Joaquim Pimenta
0716211	Ciep Compositor Donga
0716501	Ciep Carlos Drumond de Andrade
0817009	Escola Municipal José Maria Bello
0817016	Escola Municipal Getúlio Vargas
0817027	Escola Municipal Henrique de Magalhães
0817067	Escola Municipal Presidente Café Filho
0833024	Escola Municipal Presidente Roosevelt
0918001	Escola Municipal Alba Canizares do Nascimento
0918013	Escola Municipal Venezuela
0918027	Escola Municipal Rubens de Farias Neves
0918034	Escola Municipal Jesus Soares Pereira
0918054	Escola Municipal Baltazar Lisboa
0918074	Escola Municipal Embaixador Araújo Castro
0918510	Ciep Armindo Marcílio Doutel de Andrade
1019007	Escola Municipal André Vidal de Negreiros
1019037	Escola Municipal Francisco Caldeira de Alvarenga
1019040	Escola Municipal Gandhi
1019055	Escola Municipal Sindicalista Chico Mendes
1019060	Escola Municipal Manoel Porto Filho
1019202	Ciep Ismael Nery
1026001	Escola Municipal Jonatas Serrano
1026002	Escola Municipal Monteiro Lobato

1026008	Escola Municipal Engenheiro Gastão Rangel
1026021	Escola Municipal Professora Myrthes Wenzel
1026024	Escola Municipal Tatiana Chagas Memória

As escolas consideradas em situação razoável com risco foram:

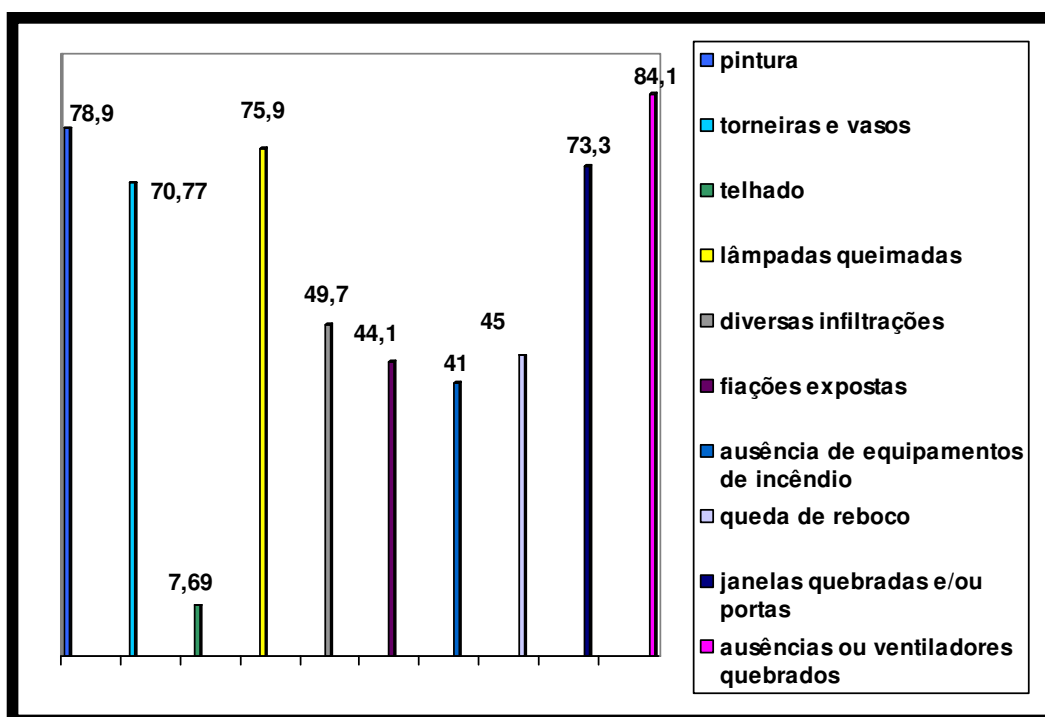
Unidade	Nome
0103001	Escola Municipal Estados Unidos
0206020	Escola Municipal Desembargador Oscar Tenório
0208002	Escola Municipal Reverendo Martin Luther King
0208012	Escola Municipal Orsina da Fonseca
0312004	Escola Municipal Estado da Guanabara
0312016	Escola Municipal Ceará
0312023	Escola Municipal Joaquim Ribeiro
0313036	Escola Municipal Rio Grande do Sul
0313052	Escola Municipal Maranhão
0411018	Escola Municipal Professor Ary Quintella
0420501	Escola Municipal Anísio Teixeira
0514029	Escola Municipal Malba Tahan
0515020	Escola Municipal Waldemar Falcão
0515022	Escola Municipal José Emygdio de Oliveira
0515025	Escola Municipal Francisco Palheta
0622005	Escola Municipal Cyro Monteiro
0625014	Escola Municipal Alberto José Sampaio
0716003	Escola Municipal Jornalista Campos Ribeiro
0716033	Escola Municipal Rio das Pedras
0724006	Escola Municipal Professor Albert Einstein
0817014	Escola Municipal Comenius
0817020	Escola Municipal Nações Unidas
0817056	Escola Municipal Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça
0833022	Escola Municipal Nicarágua
0833033	Escola Municipal Dalva de Oliveira
0918006	Escola Municipal Jardim Guararapes
0918028	Escola Municipal Almirante Saldanha da Gama
0918033	Escola Municipal Professor Gilberto Bento da Silva
1019015	Escola Municipal Princesa Isabel
1026016	Escola Municipal Deborah Mendes de Moraes
1026027	Escola Municipal Paulo Vanzolini

Coordenadoria: PODE-SE TAMBÉM VERIFICAR OS RESULTADOS POR



O sistema Estatístico de Dados – SED permite detalhar e quantificar os principais problemas encontrados nas unidades escolares do 6º ao 9º ano.

Em 2015, foram encontradas as seguintes imperfeições:



Todos os percentuais apurados no gráfico acima foram superiores aos verificados no exercício de 2014.

Verificou-se, também, comparativamente em relação ao exercício de 2008, que o número de escolas em que **nenhum problema era detectado** teve uma retração de 23,55% (2008) 12,44% (2009) 7,6% (2010), 3,5% (2011), 1,3% (2012), permanecendo o mesmo percentual em 2013. No exercício de 2014 este percentual teve uma pequena elevação para 2,55%, mas em 2015 este índice caiu para 0,51%, o pior desde o início dos trabalhos em 2008.

Tendo em vista o aumento gradativo e constante, ano a ano, do percentual de escolas consideradas com condições precárias, solicitamos que a SME encaminhe um plano de ação, efetivo, demonstrando as providências a serem adotadas para solucionar os problemas apontados nestas unidades.

Cabe ressaltar que, várias unidades encontram-se em condições precárias (conforme avaliação dentro dos parâmetros estabelecidos pelo Programa de Vistas às Escolas desde 2008) há mais de três anos seguidos e em alguns casos como o CIEP Presidente João Goulart, E.M. República Argentina e E.M. Presidente João Goulart há mais de quatro anos.



RECURSOS RECEBIDOS PELAS UNIDADES ESCOLARES

As escolas municipais recebem diferentes verbas para uso da própria unidade, recursos estes oriundos do Governo Federal e do Governo Municipal, dentre os principais destacamos:

- Verbas do Governo Municipal:

- **SDP** (recursos Gov. Municipal) - O Sistema Descentralizado de Pagamento destina-se à descentralização de recursos financeiros para os órgãos integrantes da Administração Municipal, que necessitem de soluções ágeis e rápidas, para a realização de suas atividades.

- **PME** (recursos Gov. Municipal) - Programa de Melhoria Física nas Unidades Escolares da Rede Municipal consiste na transferência, em caráter extraordinário, de recursos financeiros, que poderiam ser aplicados com as seguintes despesas:

I - **prioritariamente, com a climatização das unidades escolares, que inclui despesas com aquisição de equipamentos e material permanente, bem como a contratação de serviços para a respectiva instalação e adaptação dos equipamentos;**

II – aquisição de material de consumo e prestação de pequenos serviços necessários à manutenção e ao funcionamento das atividades específicas da unidade escolar;

III – despesas que exijam ações imediatas, que envolvam solução de problemas que possam acarretar prejuízo ao funcionamento da unidade escolar;

IV – demais aquisições de material permanente, observando-se as normas para inventariação;

V – aplicação específica em conservação, manutenção e reparos das unidades escolares;

VI – outras despesas necessárias ao funcionamento da unidade escolar, desde que devidamente justificados, incluindo aquelas previstas no § 1º do art 4º do Decreto nº 20.633, de 18 de outubro de 2001, alterado pelo Decreto nº 20.968, de 28 de dezembro de 2001.

- Verbas do Governo Federal:

- **PDDE** (recursos Gov. Federal) - O Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) tem por finalidade prestar assistência financeira, em caráter suplementar, às escolas públicas da educação básica. Os recursos são transferidos independentemente da celebração de convênio ou instrumento congênere, de acordo com o número de alunos extraído do Censo Escolar do ano anterior ao do repasse.

- **PDE** (recursos Gov. Federal) - Programa de apoio à gestão escolar baseado no planejamento participativo e destinado a auxiliar as escolas públicas a melhorar a sua gestão. Para as escolas priorizadas pelo programa, o MEC repassa recursos financeiros visando apoiar a execução de todo ou de parte do seu planejamento.

- **MAIS EDUCAÇÃO** (recursos Gov. Federal) - Programa instituído pela Portaria Interministerial nº 17/2007 e regulamentado pelo Decreto 7.083/10, constitui-se como estratégia do Ministério da Educação para induzir a ampliação da jornada escolar e a organização curricular na perspectiva da Educação em horário integral. As escolas das redes públicas de ensino estaduais, municipais e do Distrito Federal fazem a adesão ao Programa e, de acordo com o projeto educativo em curso, optam por desenvolver atividades nos macrocampos de acompanhamento pedagógico; educação ambiental; esporte e lazer; direitos humanos em educação; cultura e artes; cultura digital; promoção da saúde; comunicação e uso de mídias; investigação no campo das ciências da natureza e educação econômica.

Na verificação dos recursos recebidos pelas unidades escolares visitadas, toma-se por base, sempre, os recursos transferidos no ano anterior.

Ano visitas: 2014

Recebimento recursos: 2013

Recursos	Valores (R\$)	Média entre as unidades	Nº de unidades atendidas
SDP	7.214.294,10	36.996,38	194
PDDE	3.503.860,00	17.968,51	195
PDE	263.696,00	*	8
MAIS EDUCAÇÃO	3.417.778,16	*	115
PME	20.998.204,96	107.683,10	195
OUTROS	323.361,00	*	23

Ano visitas: 2015

Recebimento de Recursos: 2014

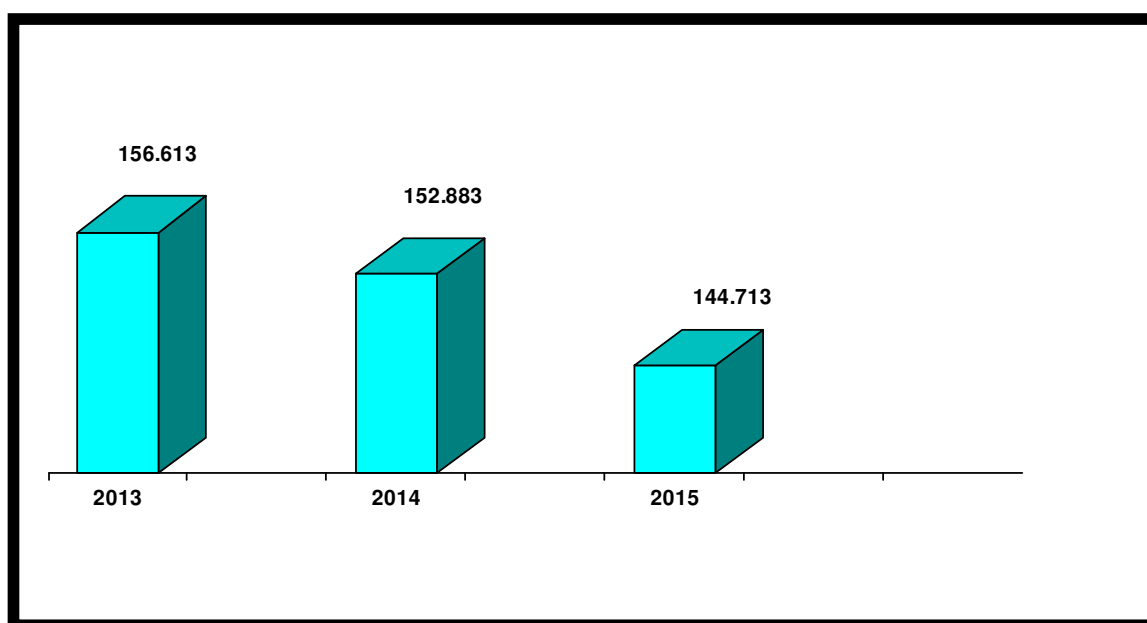
Recursos	Valores (R\$)	Média entre as unidades	Nº de unidades atendidas
SDP	3.265.317,00	16.745,21	182
PDDE	1.744.938,78	8.948,10	193
PDE	114.612,00	*	10
MAIS EDUCAÇÃO	2.638.423,55	*	123
PME	3.011.348,60	*	51
OUTROS **	120.579,00	*	11

*não computada a média por não abranger a todas as unidades visitadas.

** Atleta na Escola, PDDE Estrutura e Acessibilidade/PDDE, etc.

Verificou-se uma redução substancial nos recursos repassados pelo Governo Municipal, através do Sistema Descentralizado de Pagamento – SDP (principal fonte das escolas), na ordem de 54,73%, do ano de 2013 para 2014.

Constatou-se, também, uma diminuição crescente do número de alunos matriculados na soma da grade regular, PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos - diurno) e PEJA (Programa de Educação de Jovens e Adultos - noturno) nas 195 escolas visitadas desde 2013. Dados fornecidos pelas Direções das unidades.



Insta mencionar que, os recursos de PDDE e PDE repassados pelo Governo Federal sofrem alterações em decorrência da variação de alunos matriculados na unidade escolar (verificado através do censo escolar) e do resultado de cada escola no IDEB.

Deve ser ressaltado que, no ano de 2015, a SME, através da sua Coordenadoria de Infraestrutura em reunião com os auditores desta Corte apresentou uma série de medidas, que teriam como escopo a realização de obras, através de procedimentos licitatórios nas unidades consideradas precárias por este Tribunal. Ocorre que tal ação não ocorreu. Tais procedimentos somente tiveram início no final de 2015, mas não na totalidade das escolas apontadas por esta Corte

com infraestrutura precária. Conforme pode se verificar na lista contida nos anexos do presente relatório.

Ressalte-se que nos últimos anos a Gestão Municipal optou na área da educação, na realização de obras de construção de novas unidades de educação infantil (EDI) e ensino fundamental, ampliando, desta forma, a rede municipal de ensino. Louvável a iniciativa, principalmente, na área de educação infantil tendo em vista a grande demanda de abertura de novas vagas. A construção das escolas de ensino fundamental, tem como prioridade acelerar o processo da instalação das escolas de ensino integral.

Ocorre que, smj, evidencia-se, nos números apontados por esta Corte de Contas, nos últimos relatórios, que o aporte financeiro para o atendimento destas ações, diminuiu o repasse de recursos oriundos do Sistema Descentralizado de Pagamento - SDP para as unidades visitadas, prejudicando, smj, as ações de manutenção dos prédios escolares. Conforme tabela a seguir:

Sistema Descentralizado de Pagamento - SDP		
2012	2013	2014
R\$8.668.885,00	R\$7.214.294,10	R\$3.265.317,00
R\$44.455,00 *	R\$36.996,38 *	R\$16.745,21*

*média por unidade visitada

Outro recurso utilizado pelas escolas é o projeto Conservando Escolas, que tem como objetivo a reforma e a construção de novas escolas e creches, além de garantir o bom funcionamento e os serviços de manutenção preventiva e corretiva. O projeto atende a todas as regiões do município do Rio de Janeiro, totalizando o atendimento em 11 Coordenadorias Regionais de Educação - CRES, entre escolas e creches.

Os principais serviços executados pelo “Conservando Escolas” incluem a construção e reforma de muros, grades e alambrados, reparação de estruturas metálicas e de madeira, retirada de entulhos, desobstrução de caixas de gordura, pavimentação de calçadas e pátios, consertos de vazamentos, restauração de banheiros, pinturas de paredes e muros, manutenção de telhados, limpeza de calhas, revisão elétrica e hidráulica, manutenção de equipamentos, recuperação de fachadas, entre outros.

O Programa também presta atendimento de emergência às escolas, quando há necessidade de reparo imediato.

Ocorre que o mencionado Programa não atinge, no ano, a todas as escolas, cada Coordenadoria Regional de Educação possui contrato próprio com um valor específico de recursos e escolhe as unidades que receberão os serviços estabelecidos. Nem sempre as escolas que são atendidas por estes recursos são aquelas destacadas como precárias pelo TCMRJ

Desta forma, o Sistema Descentralizado de Pagamento – SDP tem papel fundamental na escola e a diminuição destes recursos compromete a gestão das unidades, notadamente na manutenção e em pequenos reparos a serem executados.

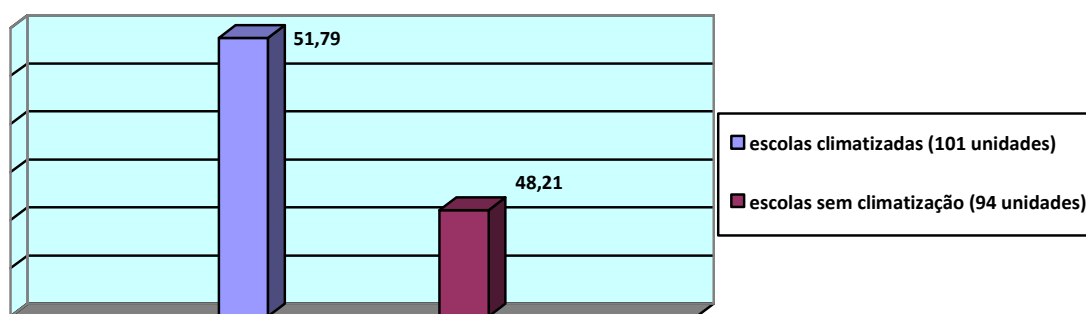
Deverá, caso esta Corte de Contas entenda como razoável, emitir advertência a Secretaria Municipal de Educação – SME, no sentido de que a diminuição deste recurso sem a contrapartida efetiva do nível central, através de outras dotações, poderá, suscitar no aumento de unidades consideradas como precárias por este Tribunal.



CLIMATIZAÇÃO

No exercício de 2014 ocorreu a publicação do Decreto nº 38.138, de 03/12/2013, que instituiu, em caráter excepcional, o Programa de Melhoria Física nas Unidades Escolares da Rede Municipal, consistindo na transferência de recursos financeiros, tendo como prioridade nas despesas, a climatização das unidades escolares, incluindo a aquisição de equipamentos e material permanente, bem como a contratação do serviço para a respectiva instalação e adaptação dos equipamentos.

Nas visitas realizadas pelas equipes deste Tribunal, verificou-se que o andamento dos serviços visando a climatização das salas de aula encontrava-se em fases bem distintas de unidade para unidade. Em algumas, a climatização já está em funcionamento, em outras, ainda não haviam sido realizados os projetos de adaptação e ampliação da carga elétrica, existindo, também, unidades que ainda aguardavam, sem definição, por resposta da Light à solicitação de ampliação de carga, conforme informações a seguir:



Dentre as 94 unidades não climatizadas (48,21%), foram constatados os seguintes procedimentos ainda a serem executados (uma unidade pode ter mais de um procedimento ainda a ser realizado):

Fases	(%)
Envio de projeto à Light	4,31
Revisão e ampliação de carga elétrica	87,10
Distribuição/redistribuição interna de energia elétrica	41,29
Aquisição de aparelho de ar-condicionado	30,44
Instalação dos aparelhos ar-condicionado	47,83

As equipes verificaram que do total de unidades que ainda não finalizaram a parte elétrica (envio de projeto, revisão e ampliação da carga e/ ou distribuição interna), num total de 89 escolas, 61 delas já haviam adquirido o aparelho de ar condicionado, ou seja, foram comprados e estão em caixas ou já instalados nas paredes esperando a execução do serviço, podendo acarretar a perda da garantia em decorrência do tempo de espera.

Temos que considerar a existência de uma pluralidade de situações em virtude da grande quantidade de unidades escolares da Rede Municipal de Ensino e suas respectivas especificidades: características físicas e estruturais de cada edificação, prédios tombados, etc. Porém, esta pluralidade não pode e não deve servir de complicador para que todos os procedimentos necessários possam ser seguidos, pelo contrário, esta pluralidade deveria ser o ponto de partida para um estudo mais detalhado e racional para a climatização de todas as unidades escolares.

A Secretaria Municipal de Educação decidiu, em virtude da necessidade de amenizar o forte calor nas escolas, pela execução mais rápida dos procedimentos a serem adotados ao invés de realizar licitações para a execução dos serviços, preferiu que estes fossem executados diretamente pelas escolas, transferindo recursos através do Decreto nº 38.138/13, que instituiu o Programa de Melhoria Física nas Unidades Escolares.

Segundo informações obtidas junto às Direções das Unidades, a transferência destes recursos não foi seguida da edição de normas detalhadas explicitando como cada escola deveria agir e quais as etapas em sequência deveriam ser realizadas. Observa-se que várias diretoras de unidades adquiriram os aparelhos bem antes de solicitarem qualquer estudo acerca da capacidade elétrica de suas instalações, pulando etapas que deveriam ser fundamentais para este processo. Tal procedimento resultou no quadro apontado acima, ou seja, mais de 48% das unidades visitadas, ainda, não haviam conseguido, por algum motivo, concluir o processo de climatização.

A Secretaria Municipal de Educação, visando dar uma resposta rápida para a sociedade na diminuição do calor nas salas de aula, parece, smj, que não realizou um planejamento mais detalhado para o processo, passando a executar e planejar ao mesmo tempo, o que resultou, em alguns casos, nos problemas apontados e em possíveis prejuízos para a Municipalidade, uma vez que muitos aparelhos ao serem efetivamente ligados poderão apresentar defeitos e já estarão com suas garantias findadas pelo longo prazo entre a compra e o seu uso. Foram constatadas, também, unidades escolares que realizaram pagamentos a firmas para executarem os projetos e estas firmas simplesmente desapareceram no momento que deveriam estar corrigindo erros apontados pela Concessionária Light, devendo, agora, o Município arcar, novamente, com estes gastos.

A responsabilidade pela contratação destas empresas e pela compra antecipada dos aparelhos não pode ser imputada, a priori, aos diretores das unidades, uma vez que estes fizeram cumprir determinações impostas pelo órgão central da SME, sem as devidas orientações.

Em anexo, consta a listagem de cada unidade visitada não climatizada e os problemas encontrados para conclusão do processo.

Deverá, a SME encaminhar a esta Corte a relação atualizada da situação das unidades visitadas e não climatizadas, demonstrando quais os procedimentos que serão adotados para solução dos problemas verificados, indicando o prazo para atendimento.

➤ **PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA NAS UNIDADES ESCOLARES**

CRE	COMLURB	TAURUS	LUSO	SERVENTES
1 ^a	-	10	-	-
2 ^a	-	21	-	-
3 ^a	19	-	-	-
4 ^a	15	2	-	1
5 ^a	20	-	-	1
6 ^a	10	1	-	1
7 ^a	-	-	21	-
8 ^a	21	2	-	-
9 ^a	18	1	-	-
10 ^a	20	-	-	-
11 ^a	11			
Total	134	37	21	3

Os contratos com as Empresas Taurus Service Ltda e Conservadora Luso Brasileira, foram celebrados em caráter emergencial, até a homologação da licitação que ocorreu em 09/03/2016.

O grupo de visitas às escolas realizou uma pesquisa de satisfação com as direções das Unidades Escolares para averiguar se os serviços prestados pelas Empresas de limpeza e higienização estavam sendo executados adequadamente.

A seguir o resultado desta pesquisa:

COMLURB (ATENDE 134 ESCOLAS - 68,71% DAS VISITADAS)		
SATISFAÇÃO	QUANTIDADE DE ESCOLAS	PERCENTUAL
Plenamente insatisfatório	16	11,94 %
Pontualmente insatisfatório	76	56,71 %
Plenamente satisfatório	42	31,34 %

TAURUS SERVICES LTDA (ATENDE 37 ESCOLAS - 18,97% DAS VISITADAS)		
SATISFAÇÃO	QUANTIDADE DE ESCOLAS	PERCENTUAL
Plenamente insatisfatório	16	43,24 %
Pontualmente insatisfatório	13	35,13 %
Plenamente satisfatório	7	18,91 %

CONSERVADORA LUSO BRASILEIRA (ATENDE 21 ESCOLAS – 10,76% DAS VISITADAS)		
SATISFAÇÃO	QUANTIDADE DE ESCOLAS	PERCENTUAL
Plenamente insatisfatório	14	66,66 %
Pontualmente insatisfatório	5	23,80 %
Plenamente satisfatório	2	9,52 %

Pode-se observar que todas as empresas possuíam níveis muito baixos de plena satisfação: comlurb (31,34%), Taurus (18,91%) e Luso (9,52%).

Os principais problemas apontados pelas direções das escolas foram: quantitativo e reposição insuficiente de funcionários, qualidade e quantidade de materiais. Mas o que mais chama atenção é o percentual de reclamação quanto a limpeza (serviço principal do contrato): Comlurb (9,70%), Taurus (37,83%) e Luso (66,66%).

Com o advento da nova licitação, deve a Secretaria Municipal de Educação, tendo em vista os níveis de satisfação dos

serviços anteriormente prestados, intensificar os procedimentos de fiscalização, evitando que os problemas detectados pelas equipes desta Corte continuem influenciando na qualidade da prestação de serviço ofertada.

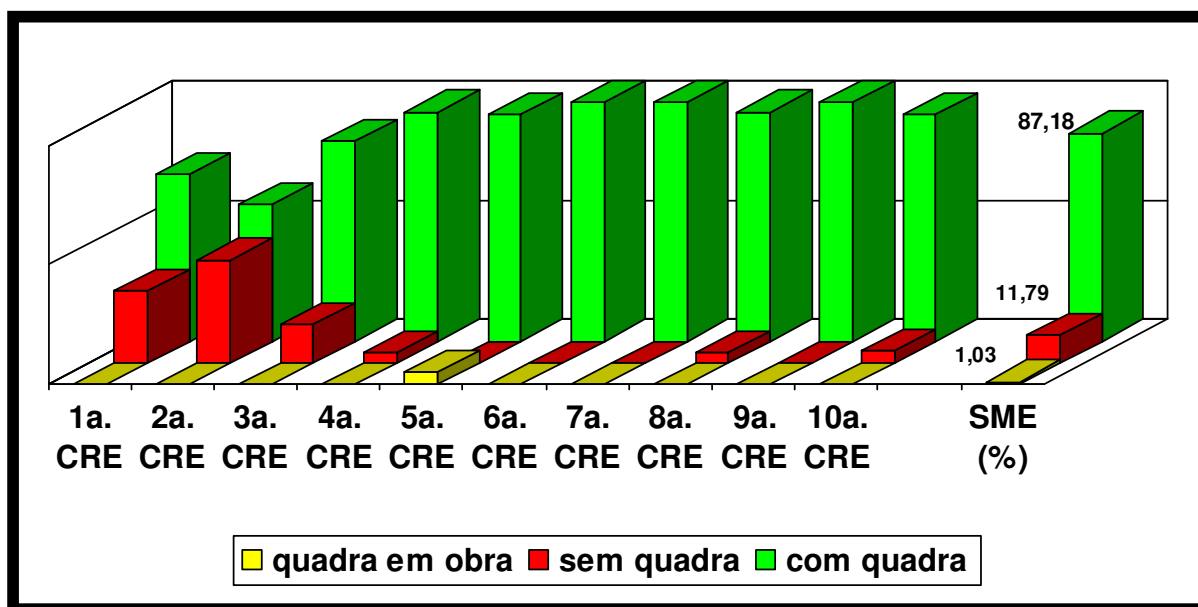
QUADRAS ESPORTIVAS

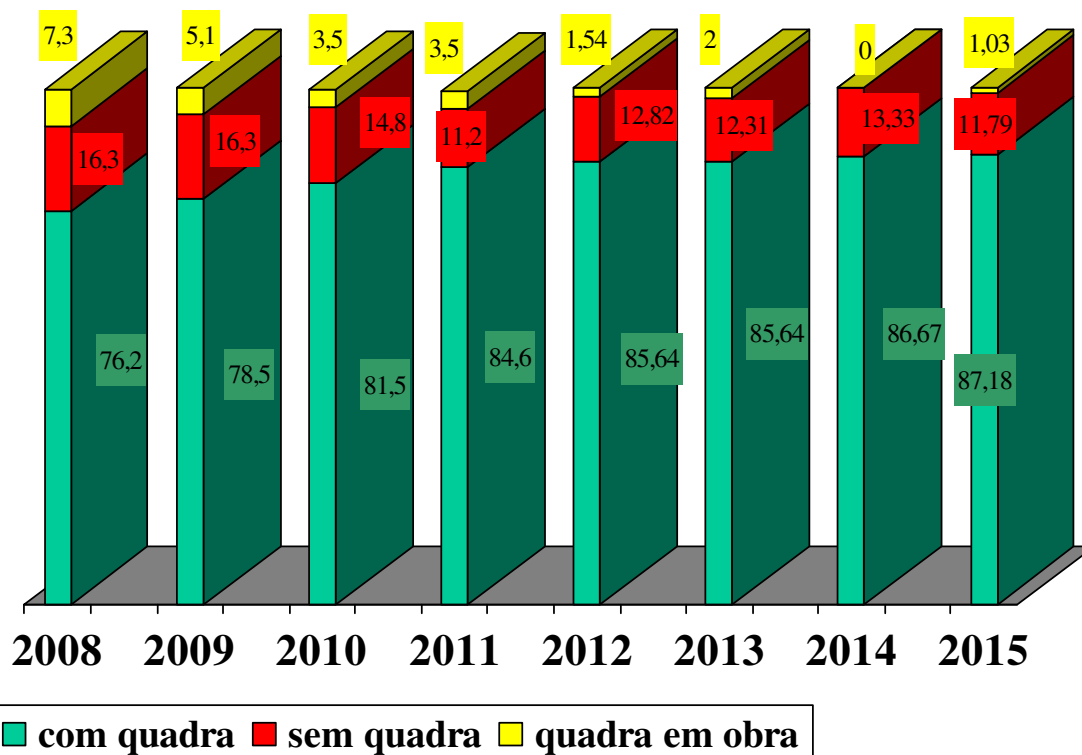
Existência e Condições Estruturais

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB (9.346/96) - reconheceu a educação física como componente prioritário no processo de educação e define, em seu art. 26, §3º, a sua prática, integrada à proposta pedagógica da escola, como componente curricular obrigatório da Educação Básica, sendo facultativa aos alunos nos casos estabelecidos pela Lei nº 10.793/03.

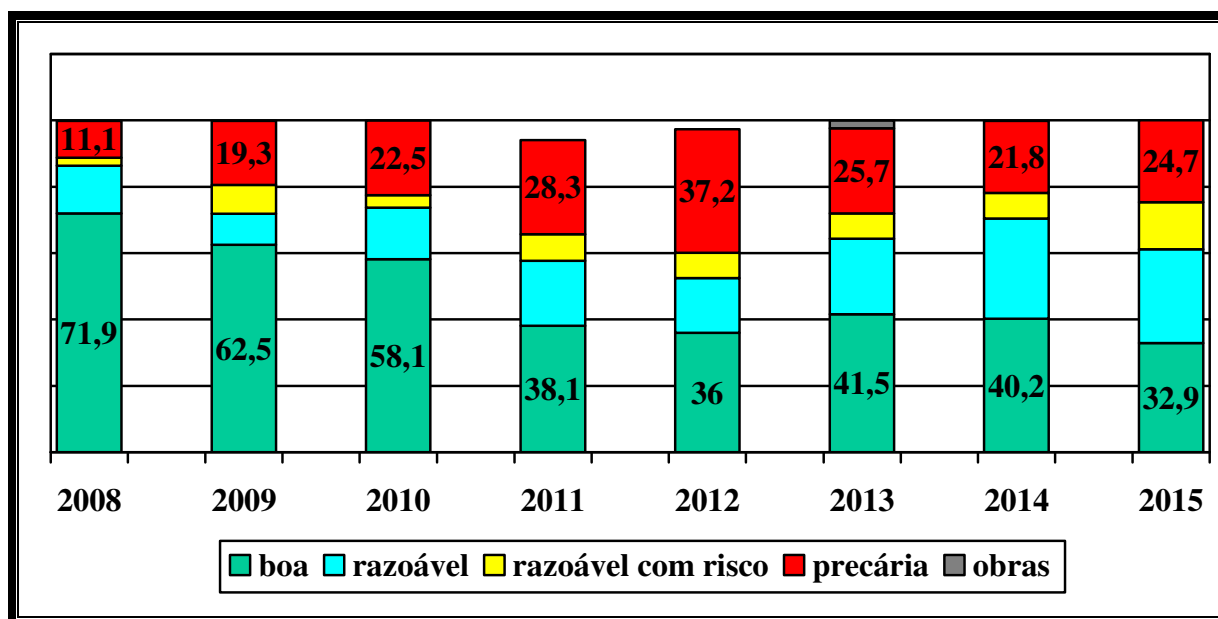
Em inspeção ordinária realizada pela 3ª. Inspeção Geral na Secretaria Municipal de Educação – SME, no exercício de 2007 (40/3598/07 - arquivada), que teve como objetivo traçar um panorama sobre as aulas de educação física nas escolas municipais, 96% dos professores entrevistados consideravam como fundamental a utilização das quadras para a prática das aulas de educação física.

Diante dessa perspectiva, a pesquisa realizada pelas equipes que executam o Programa de Visitas nas escolas de 6º ao 9º ano se revela oportuna, pois fornece ao gestor da área subsídios para promover os ajustes necessários em relação aos espaços e equipamentos disponíveis para a prática de Educação Física. No gráfico abaixo são apresentados os números obtidos, em 2015, os quais mostram a existência ou não de quadras esportivas nas unidades e as condições das quadras existentes.

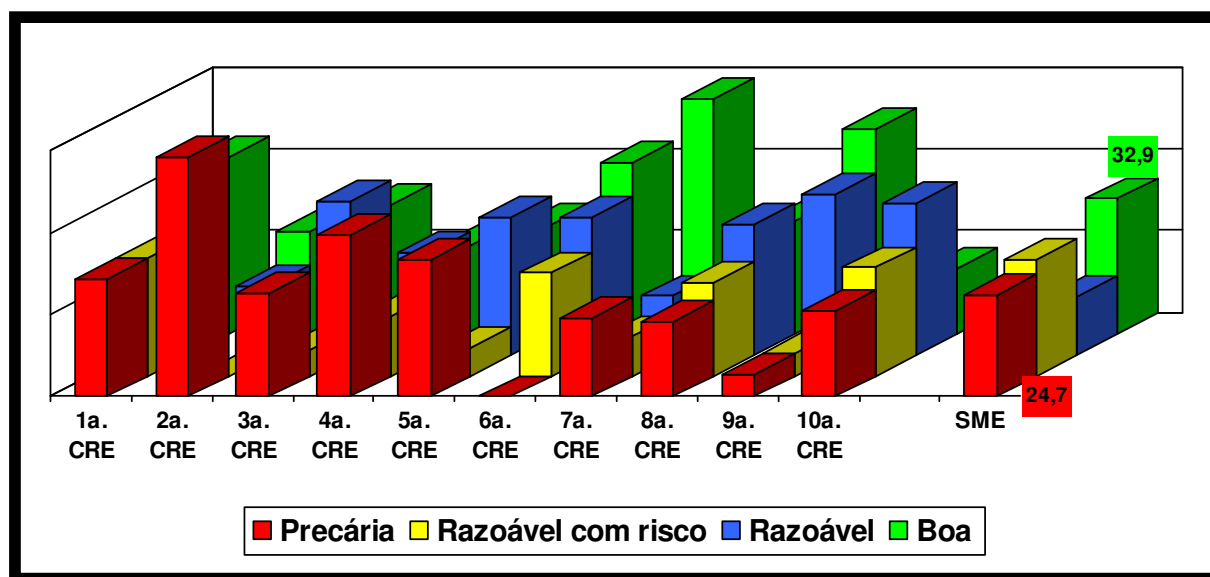




Quanto às condições estruturais das quadras, as equipes da 3ª. Inspeção Geral detectaram, dentro dos mesmos critérios utilizados para avaliação das condições estruturais das escolas, que 32,9% das quadras estavam em condições boas de utilização, 28,2% em condições razoáveis, 14,2% razoáveis com risco e 24,7% em condições precárias para uso.

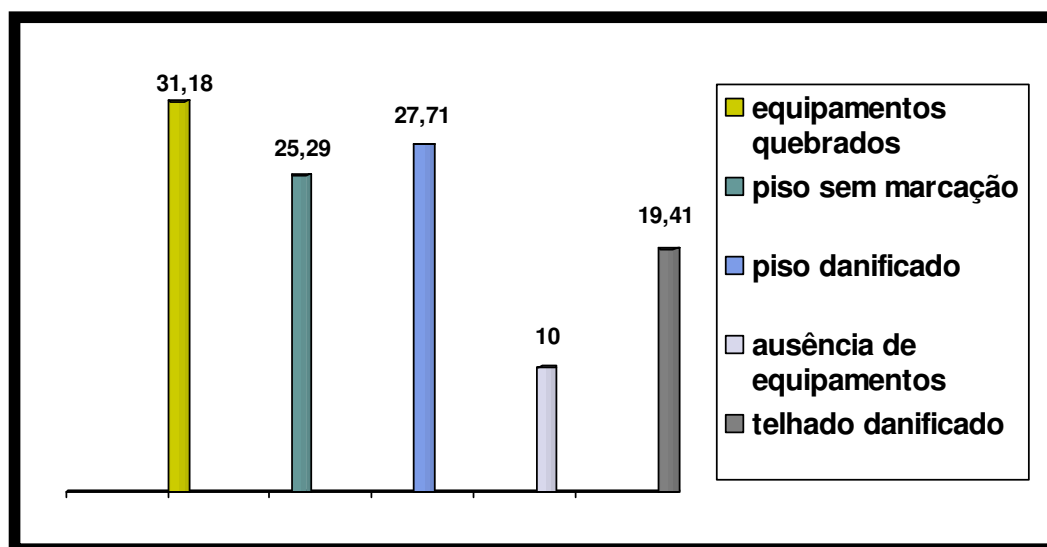


No quadro a seguir podemos observar as condições estruturais das quadras por Coordenadorias Regionais de Educação - CREs.



Observou-se, também, que 85,29% das quadras existentes são cobertas.

O Sistema Estatístico de Dados – SED permite quantificar, como no gráfico a seguir, os principais problemas encontrados nas quadras existentes nas unidades escolares.



Verificou-se, também, em comparação ao exercício de 2014, que o número de quadras em que **nenhum problema era detectado** teve uma retração de 50,77% (2008), 37,50% (2009), 23,75% (2010), 18% (2011), 15,9%(2012), 14,62% (2013), 13,02% (2014) e 12,35 (2015).

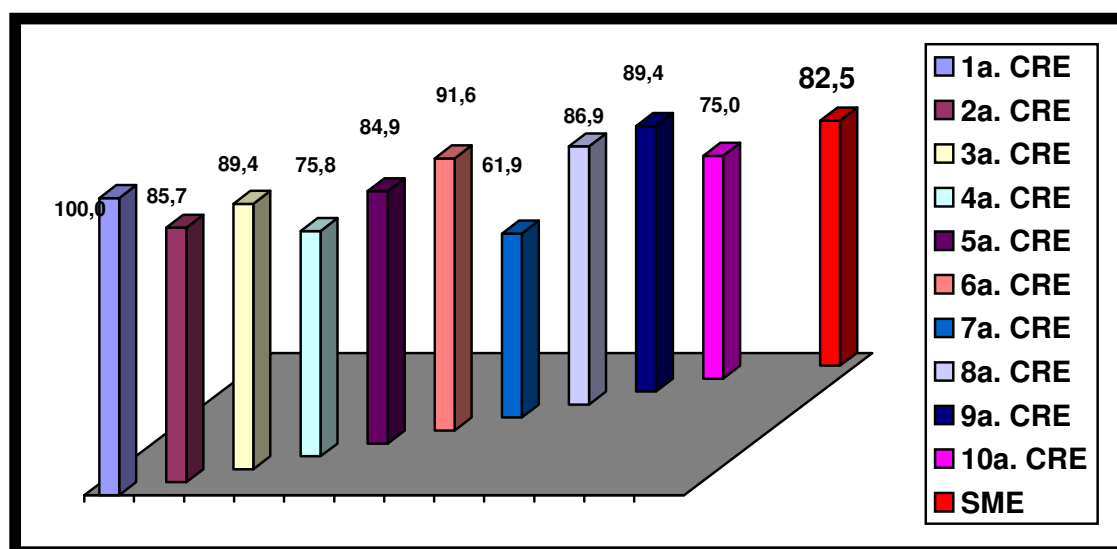
LABORATÓRIOS DE INFORMÁTICA

Existência e Utilização

A instalação de laboratórios de informática nas escolas faz parte do Programa de Informática Educativa, vinculado ao Programa Municipal de Informatização nas Unidades Escolares da Rede Pública. O Programa de Informática Educativa foi lançado em 2001, como um grande projeto para as unidades escolares, buscando a utilização de novas tecnologias especialmente aquelas ligadas à informática.

Os laboratórios de informática foram projetados para atender confortavelmente os alunos e oferecer um espaço com infraestrutura e equipamentos adequados para que o professor pudesse ministrar suas aulas de forma produtiva. Estes laboratórios são compostos por sala exclusiva, 10 microcomputadores, 1 impressora de jato de tinta, 1 impressora laser monocromática, bancada para equipamentos, aparelhos de ar-condicionado, 20 cadeiras e mobiliário para informática.

De fato, nas visitas realizadas pelas equipes da 3ª. Inspeção Geral foi observado que 82,57% das escolas do 6º ao 9º ano estavam equipadas com laboratório de informática. Em comparação com o exercício de 2014, houve uma pequena diminuição no percentual de unidades que possuem tal equipamento de 89,2% (2014) para 82,57% (2015).



Com relação à existência de laboratórios de informática nas unidades es

Embora estes percentuais sejam significativos, 77% dos alunos entrevistados responderam que não faziam uso dos equipamentos de informática ou que os laboratórios não eram usados em suas escolas. Insta mencionar que esta Corte de Contas vem alertando sobre este fato desde 2008, e este percentual que era de 60,6% em 2009, aumentou para 69,4% em 2012, chegando ao percentual de 70,7% no ano de 2013 e em 2014 a 85,2%.

Apesar da Secretaria Municipal de Educação – SME destacar em relatórios anteriores que o uso do laboratório de informática está se alterando, com a introdução de computadores em salas de aula, 65,22% das unidades que possuem estes equipamentos afirmaram que os mesmos são utilizados consoante sua finalidade.

Assim, reitera-se o já apontado nos relatórios de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, que a prioridade nesta área, smj, não deve ser baseada apenas na instalação de mais equipamentos, mas principalmente no aproveitamento mais efetivo dos mesmos. Também, faz-se necessário, informações mais detalhadas, por parte da SME, da sua política de utilização dos laboratórios de informática.

ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

Orçamento

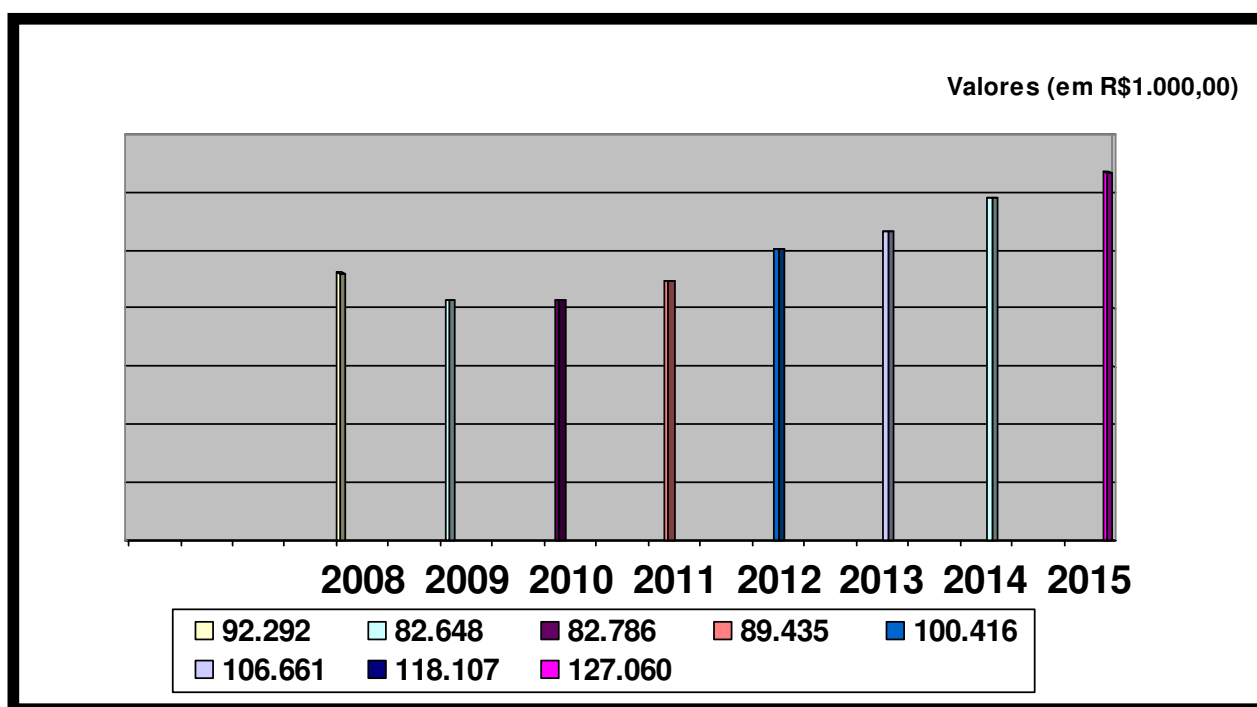
Tipos de refeições servidas

Percentual de consumo da refeição pelos alunos

Aceitação do cardápio pelos alunos

Qualidade dos gêneros alimentícios adquiridos

No exercício de 2014, segundo dados da Coordenadoria de Auditoria e Desenvolvimento – CAD desta Corte de Contas o valor efetivamente pago referente à merenda escolar, foi de R\$127.060.047,07. Comparando-se com os exercícios de 2008 a 2014, temos os seguintes incrementos.



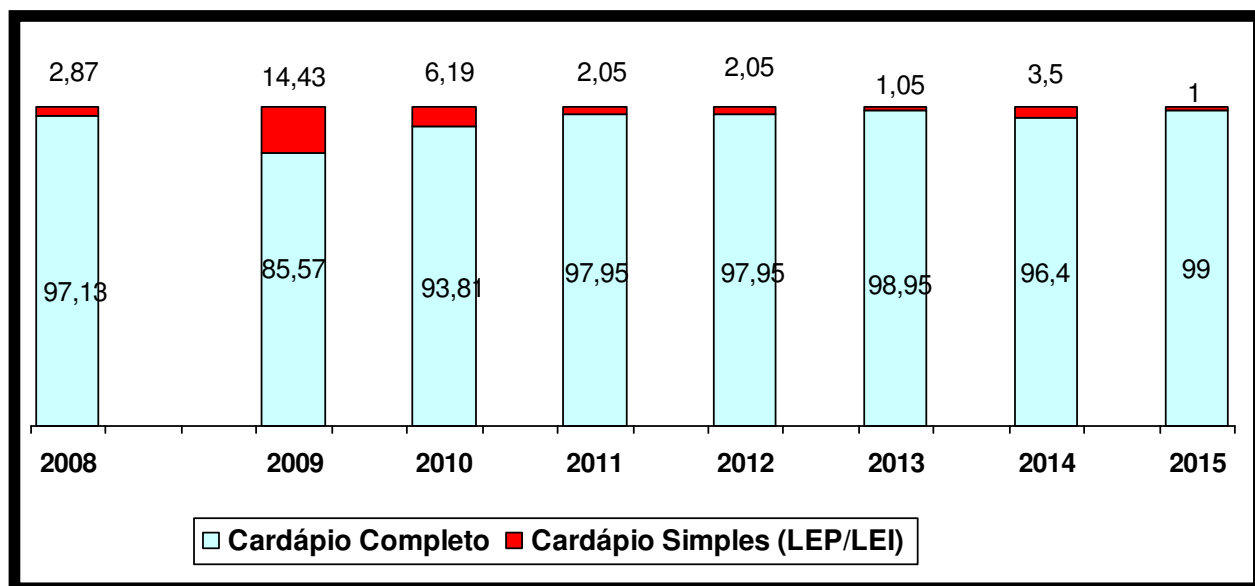
Valores pagos referentes a alimentação

Procedendo-se a uma análise mais acurada das fontes de recursos utilizadas, percebe-se que, tal qual em 2010 e 2011, 2012, 2013 2014 não houve aporte de recursos por parte do Tesouro Municipal. Assim, os recursos utilizados para pagamento da merenda escolar são na sua totalidade repasses do Governo Federal.

Fonte de Recursos	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Salário Educação	38.219.776	41.994.738	45.618.008	49.975.712	57.327.489,59	61.503.444,80
Transferência do Governo Federal para a Merenda Escolar	44.567.097	47.441.003,	54.607.056	56.686.130	60.779.700,85	65.556.602,27
Ordinários não Vinculados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	82.786.874	89.435.741	100.416.567	106.661.842	118.107.190,44	127.060.047,07

TIPOS DE REFEIÇÕES SERVIDAS

O número de escolas do 6º. ao 9º. ano que ofereciam o cardápio completo (cardápio semanal elaborado pelo Instituto Annes Dias – INAD), no exercício de 2008, era de 97,13%. Este percentual vinha se mantendo neste patamar desde 2004. Porém, as equipes da 3ª. Inspeção verificaram que, no exercício de 2009, aquele percentual teve uma queda expressiva passando para 85,57%. No exercício de 2010 o percentual retornou aos padrões anteriores – 93,81%, alcançando o patamar de 97,95% em 2011, permanecendo em 2012 o mesmo percentual encontrado anteriormente – 97,95 %. Em 2013, este percentual aumentou para 98,95%, tendo uma pequena retração em 2014 - 96,4%. No exercício de 2015, foi verificado o maior percentual desde o início dos trabalhos – 99,49%.



Com relação ao percentual médio de refeições servidas nas unidades escolares, no exercício de 2010 foi de 49,89%, percentual este inferior ao dos exercícios de 2008 (54%) e 2009 (51%). No exercício de 2011, este percentual foi de 50,19%. O índice de 2012 foi de 51,94%, em 2013 - 51%, em 2014 - 48,42%. Em 2015, este percentual subiu para 50,07%.

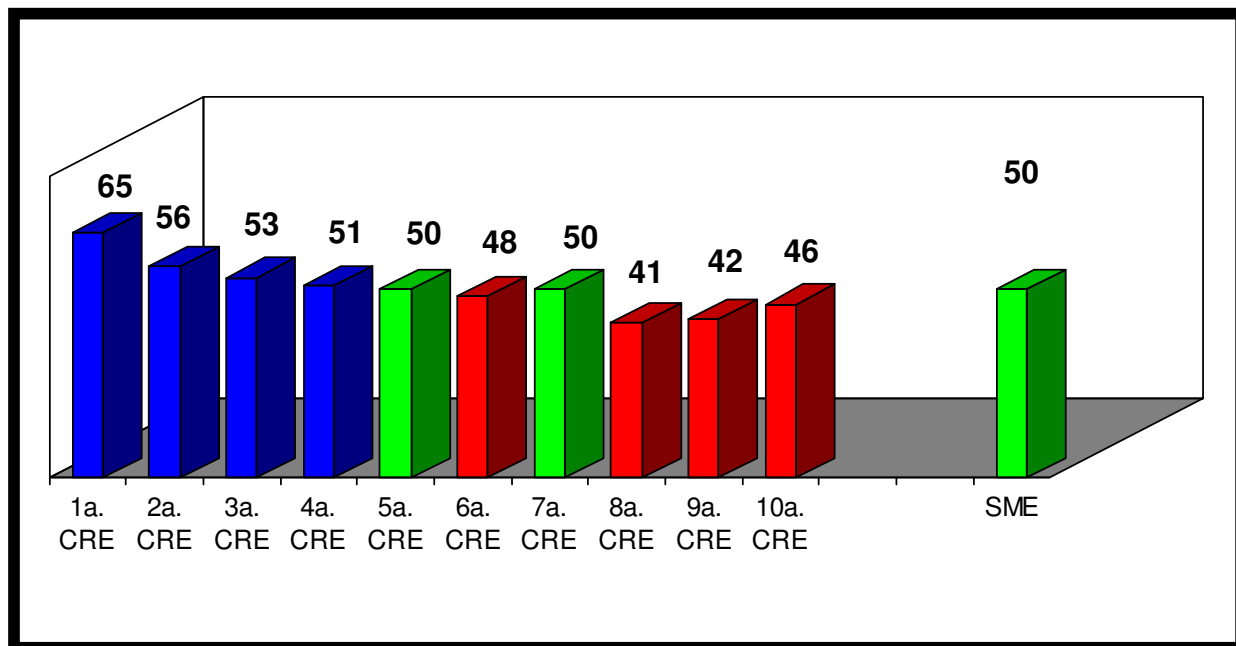
Deve ser ressaltado que este percentual de refeições é verificado diretamente no Mapa de Consumo fornecido pelas unidades escolares. Em 15,38% das escolas visitadas, o percentual médio de refeições servidas não ultrapassou a 34%. Percentual inferior ao verificado em 2014 (16,92%)

Eis as escolas com índices menores de 34% de média de refeições servidas:

Nome	%
Escola Municipal Anna Amélia Queiroz Carneiro de Mendonça	11
Escola Municipal Francisco Caldeira de Alvarenga	18
Escola Municipal Eunice Weaver	19
Escola Municipal Barão de Santa Margarida	19
Escola Municipal Engenheiro Gastão Rangel	21
Escola Municipal Jornalista Campos Ribeiro	22
Escola Municipal Pio X	22
Escola Municipal Deputado Hilton Gama	24
Escola Municipal Telêmaco Gonçalves Maia	25

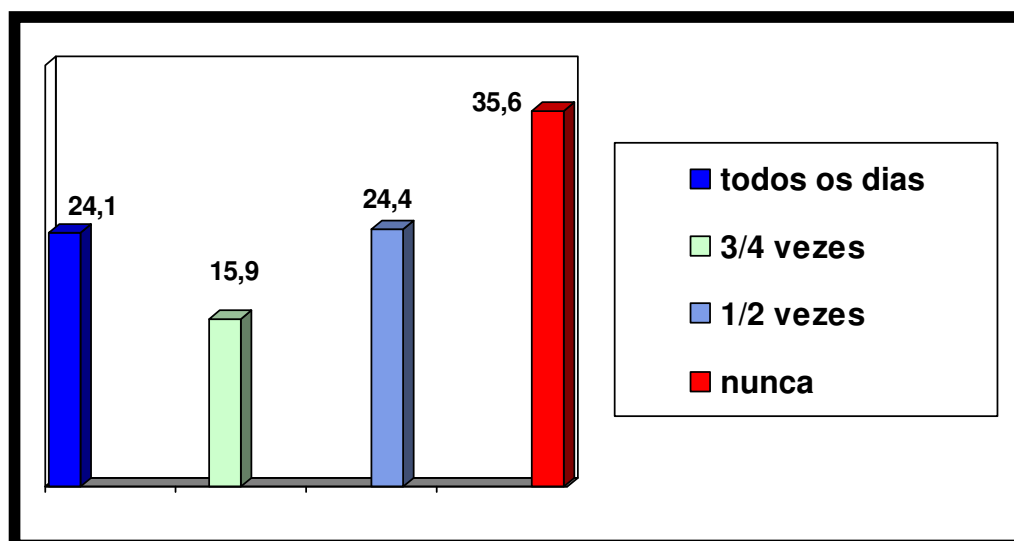
Escola Municipal Joaquim da Silva Gomes	25
Escola Municipal Milton Campos	26
Escola Municipal Emílio Carlos	27
Escola Municipal Marechal Alcides Etchegoyen	27
Escola Municipal José Maria Bello	28
Escola Municipal Henrique de Magalhães	28
Escola Municipal Conjunto Praia da Bandeira	30
Escola Municipal Evangelina Duarte Batista	30
Escola Municipal Engenheiro João Thomé	30
Escola Municipal Alba Canizares do Nascimento	30
Escola Municipal Doutor Nelcy Noronha	30
Escola Municipal José de Alencar	31
Escola Municipal Henrique Dodsworth	31
Escola Municipal Dilermando Cruz	31
Escola Municipal Belmiro Medeiros	31
Escola Municipal Ramiz Galvão	31
Escola Municipal André Vidal de Negreiros	31
Escola Municipal Antenor Nascentes	32
Escola Municipal Pracinha João da Silva	32
Escola Municipal Rio Grande do Sul	33
Escola Municipal Professor Teófilo Moreira da Costa	33

No gráfico a seguir apresenta-se a média de percentuais de refeições servidas, por Coordenadorias Regionais de Educação – CRES em relação à média total da Secretaria Municipal de Educação – SME – exercício 2015.



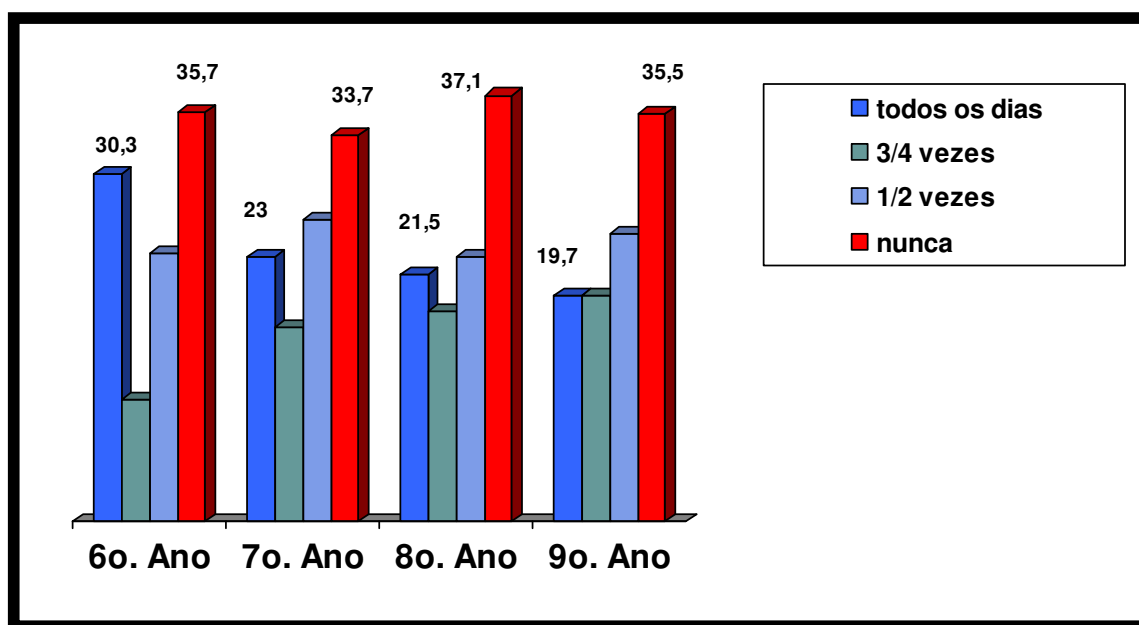
- acima da média de consumo da SME
- Na média de consumo da SME
- Abaixo da média de consumo da SME

Ainda em relação à refeição, no questionário aplicado aos alunos do 6º ao 9º ano foi solicitado que estes respondessem a frequência com que consumiam a alimentação escolar. As respostas dos estudantes possibilitaram construir o gráfico a seguir:

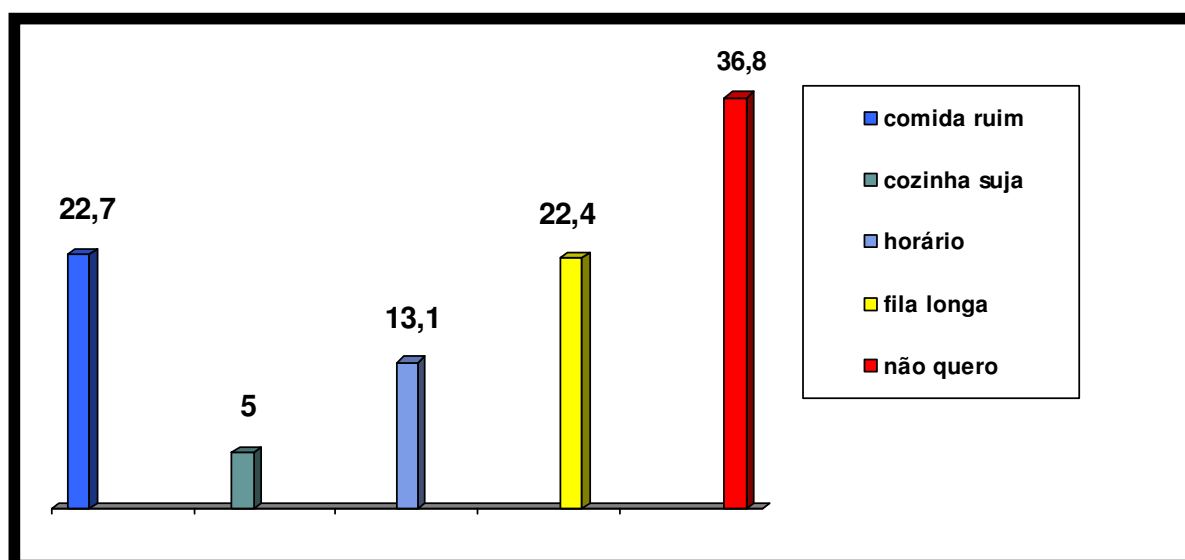


Em relação ao exercício de 2014, verificou-se uma grande diminuição do percentual de alunos que nunca consomem a alimentação escolar (de 42,1% para 35,6%) e um aumento do percentual de alunos que almoçam todos os dias nas unidades escolares (de 18,8% para 24,1%), melhor resultado desde 2008.

Através do Sistema Estatístico de Dados –SED, foram realizadas filtragens na pesquisa, o que mostrou o mesmo perfil nos diferentes anos de escolaridade.

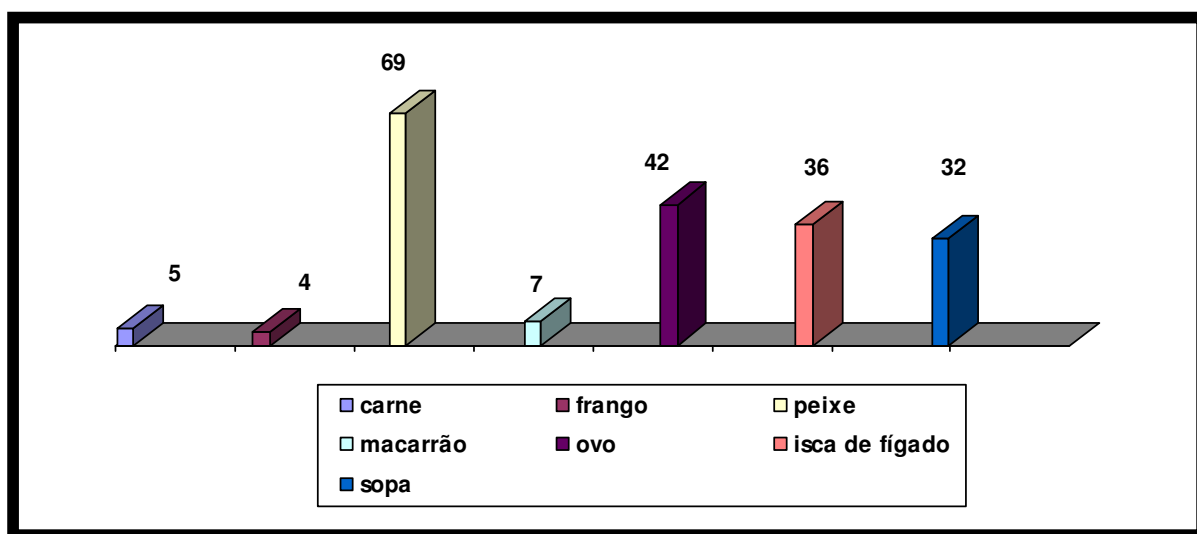


Tendo em vista que um grande número de alunos apontou que nunca consomem a refeição, foi solicitado que estes indicassem os principais motivos para a referida rejeição.



Verifica-se que a grande maioria dos alunos dispensa a refeição por simplesmente não a querer (36,8%). Este percentual é o menor desde o início da pesquisa: exercício de 2008 (47,8%), 2009 (56,8%), 2010 (61,2%), 2011 (57,1%) , 2012 (56,7%), 2013 (38,3%) e 2014 (37%).

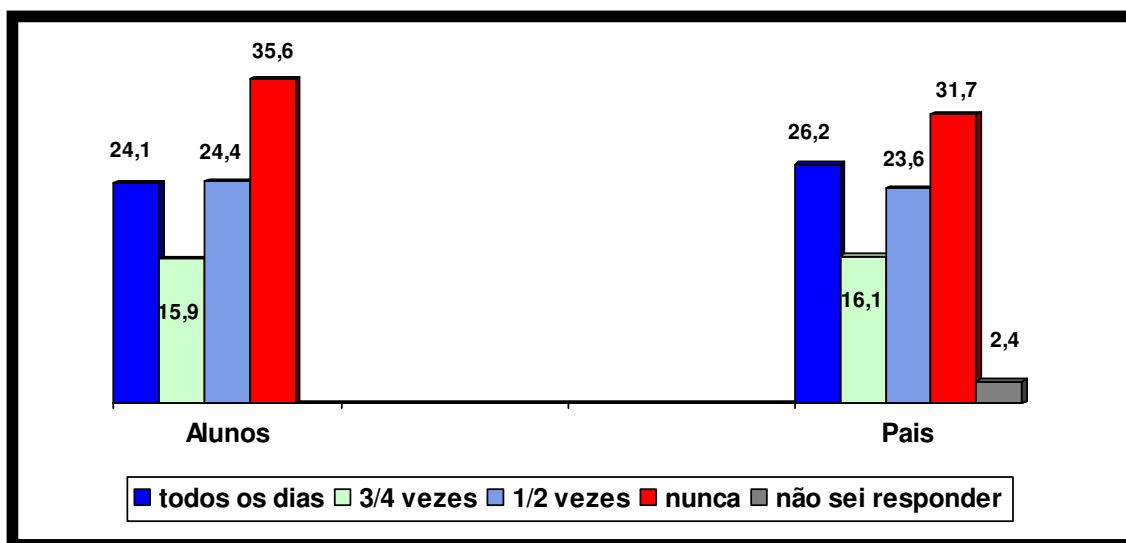
Procurou-se, também, identificar junto aos alunos quais gêneros alimentícios que teriam os maiores percentuais de rejeição.



Nesta questão, cabe ressaltar que os alunos entrevistados poderiam apontar diversos gêneros. Sendo assim, o somatório dos percentuais revelados supera 100%.

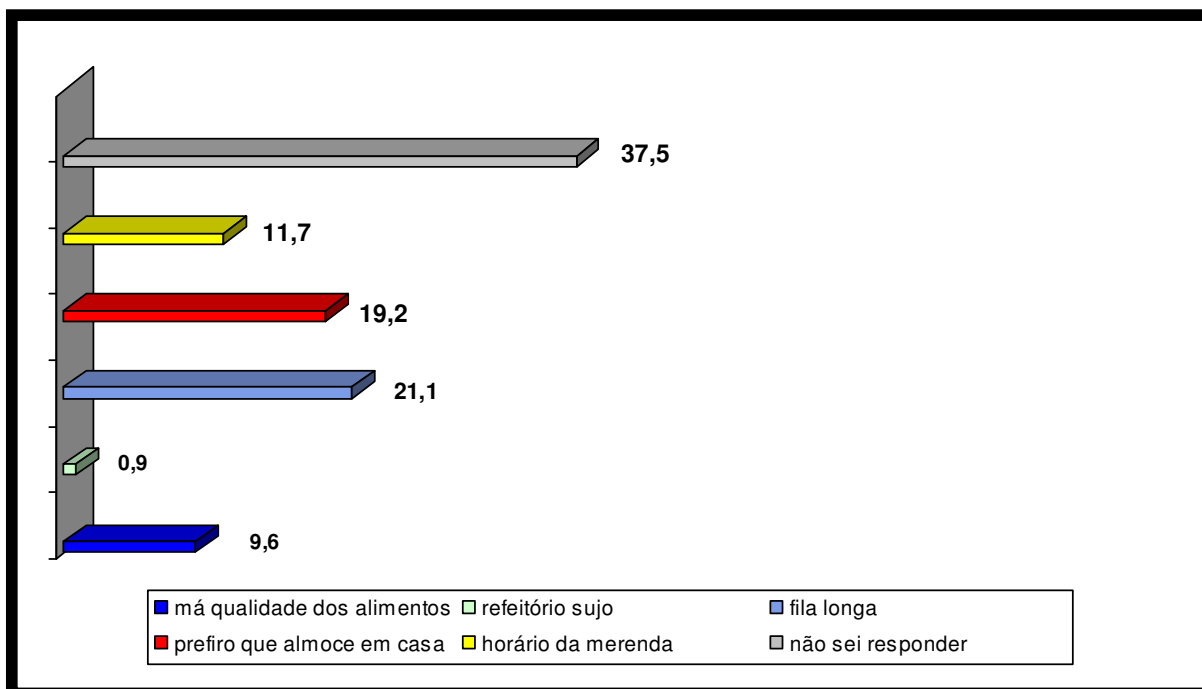
Repete-se o contido nos relatórios do Programa de Visitas – exercício de 2008, 2009, 2010, 2011, 2012, 2013 e 2014, em que o problema relacionado ao baixo consumo da alimentação escolar começa nas turmas do 6º. ano, quando esse percentual alcança cerca de 35%. Porém, percebe-se que a Secretaria Municipal de Educação tem se esforçado com o incremento de campanhas nutricionais e com a troca de gêneros alimentícios de baixa aceitação nos cardápios, obtendo no exercício de 2015, o melhor resultado referente ao consumo de refeição, desde o início da apuração em 2008.

As equipes desta Corte, nos questionários enviados aos pais, tentaram avaliar se estes responsáveis tinham conhecimento da frequência com que seus filhos faziam uso da refeição ofertada pela escola.



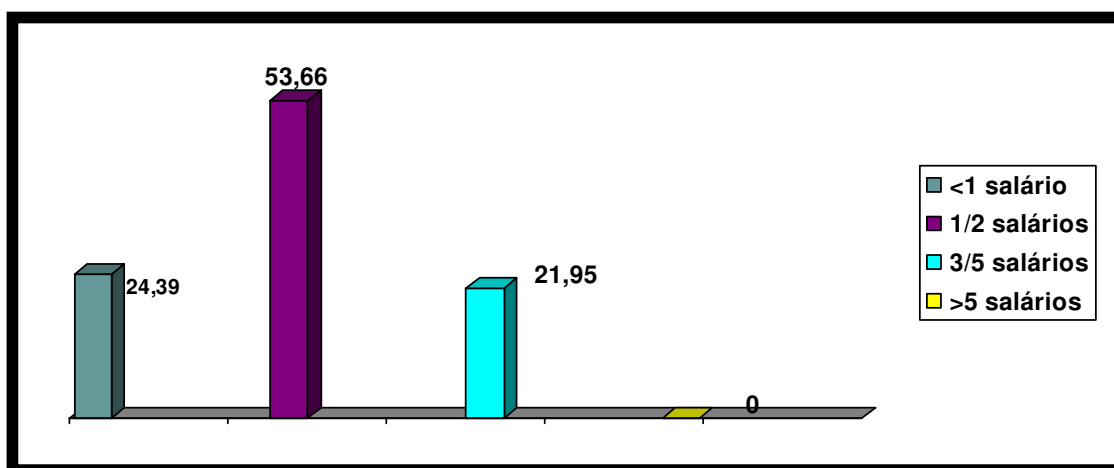
Observou-se que os percentuais encontrados em ambas as pesquisas (alunos e pais), sobre a frequência do uso da refeição, são bastante similares.

Identificou-se, no gráfico a seguir, a percepção dos pais sobre os motivos que levam seus filhos a não almoçarem na escola.



Conforme o gráfico anterior, 19,2% dos pais preferem que seus filhos almocem em casa, dispensando, assim, a refeição escolar. Este percentual é muito inferior ao constatado em 2014 que era de 31,20%.

Mediante uma filtragem através do Sistema Estatístico de Dados – SED - estabeleceu-se uma relação entre o nível de renda e a resposta dos pais que preferem que o filho faça a refeição em casa (gráfico a seguir):



Observa-se que a maioria dos pais que preferem que seus filhos almocem em casa em vez de fazerem uso da refeição ofertada na escola (53,66%) têm rendimentos entre 1 e 2 salários mínimos. Este percentual é menor em comparação com o exercício de 2014 (56,16%). Constata-se, desta forma, que as campanhas realizadas pela Secretaria Municipal de Educação ainda não alcançaram essa parte da população, apesar da pequena melhora do indicador. O menor índice concentra-se naqueles que recebem mais de 5 salários mínimos. Tais percentuais sugerem, no mínimo, um contrassenso, dado que os pais com maiores possibilidades preferem que os filhos façam as refeições nas escolas, enquanto que os de menor poder aquisitivo preferem que eles almocem em casa.

Estes aspectos só reforçam a importância de se realizarem campanhas educativas mais intensas, junto a todos os benefícios da alimentação que compõem a merenda escolar, solicitando, inclusive, a ajuda dos responsáveis para coibir o envio de alimentos não saudáveis que prejudiquem o consumo da alimentação escolar, principalmente, nos setores de renda mais baixa.

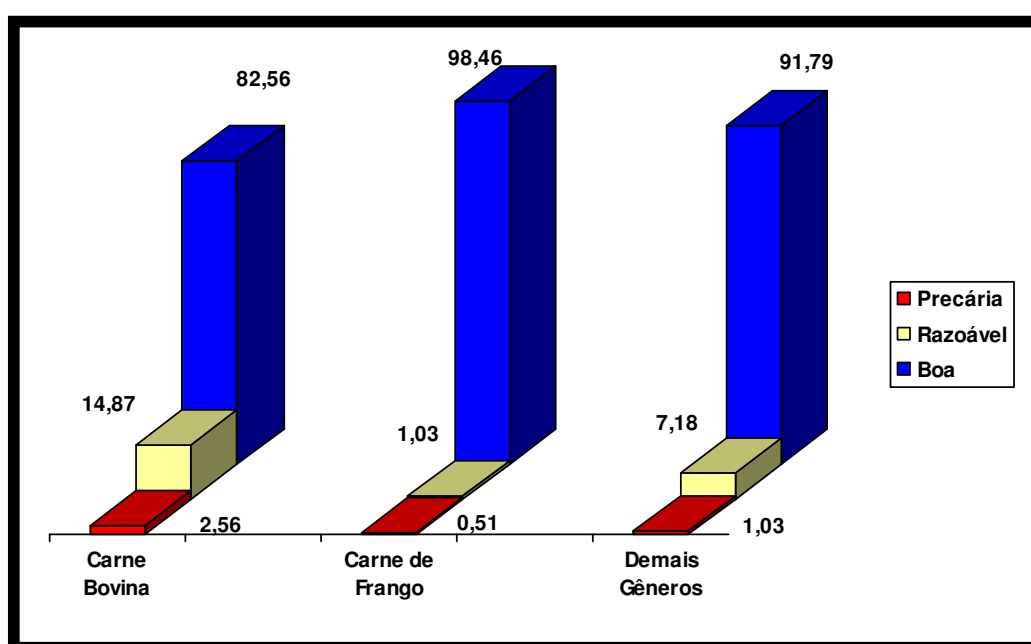
As realizações de campanhas informativas podem influenciar, positivamente, no fomento do consumo da merenda escolar. Tanto pais quanto alunos não possuem, ainda, informações necessárias para compreender a importância desse instrumento para o desenvolvimento da criança.

É preciso reconhecer que o papel da merenda escolar sofreu alterações com o passar dos anos. Muitos especialistas defendem que a

merenda não tem como objetivo acabar com a fome e desnutrição das crianças, mas sim, tornar-se um elemento de auxílio no aprendizado escolar e na formação de bons hábitos alimentares.

Outro ponto verificado no Programa de Visitas refere-se à qualidade dos gêneros alimentícios adquiridos pela Prefeitura. Para se verificar esta qualidade, os auditores do TCMRJ entrevistaram as merendeiras e observaram a validade e as condições dos produtos.

Os resultados atinentes à qualidade dos gêneros alimentícios foram, conforme gráfico a seguir:



Tais percentuais demonstram a preocupação da SME na aquisição de gêneros de alta qualidade, realizando eventuais trocas, quando necessário, de alguns produtos que não atendam aos parâmetros de qualidade estipulados pelo Município.

ESCOLAS MUNICIPAIS

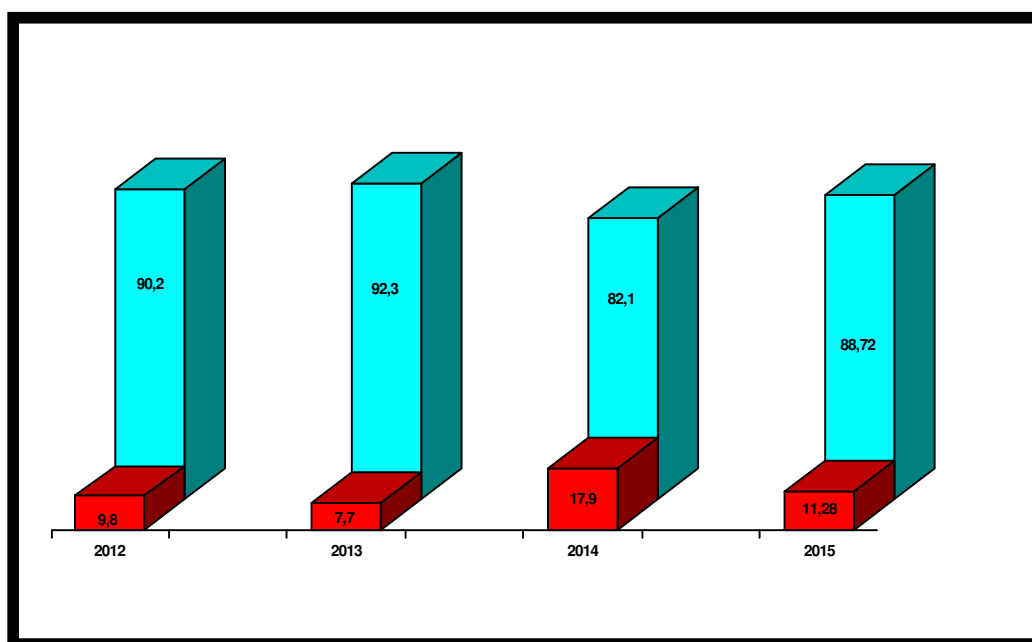
Agente Educador

Agente Administrativo

Corpo Docente

➤ AGENTE EDUCADOR

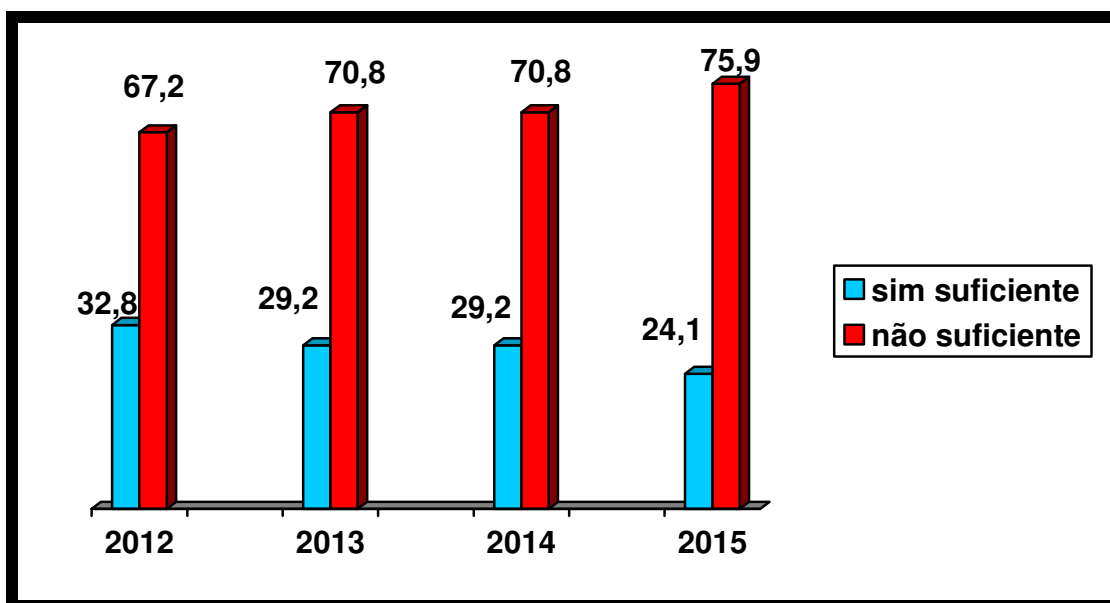
Uma das carências de profissionais bastante sentidas nas unidades escolares é a de agente educador (antigo inspetor de alunos). No relatório de 2008, constatou-se que, em 70,8% das escolas, o número de agente educador era inferior ao previsto na Portaria Conjunta E-DGE/DAD 01, de 11/12/89, que estabelece o número de um agente educador para 12 turmas de 6º. ao 9º. ano. No exercício de 2009, houve uma elevação para 77,4%. Em 2010, este percentual aumentou para 80%. Porém, em 2011, com a realização de concurso público, houve uma alteração substancial neste quadro, sendo que 62,56% das unidades já assinalavam que o percentual de agente educador estava de acordo com a Portaria que regulamenta a matéria. Em 2012, a carência destes profissionais foi praticamente eliminada. Tal condição se manteve em 2013. Em 2014, verificou-se que o percentual de agente educador em desacordo com o estabelecido na citada Portaria aumentou consideravelmente. Porém, em 2015 este percentual voltou a ter uma retração, conforme gráfico a seguir:



% de agente educador de acordo com a Portaria

% de agente educador em desacordo com a Portaria

Porém, se o número de agentes distribuídos encontrava-se de acordo com a Portaria Conjunta E-DGE/DAD 01, de 11/12/89, em consulta às direções das unidades, 75,90% afirmaram que este número não era suficiente para as necessidades das unidades, este percentual é superior ao encontrado no exercício de 2014.



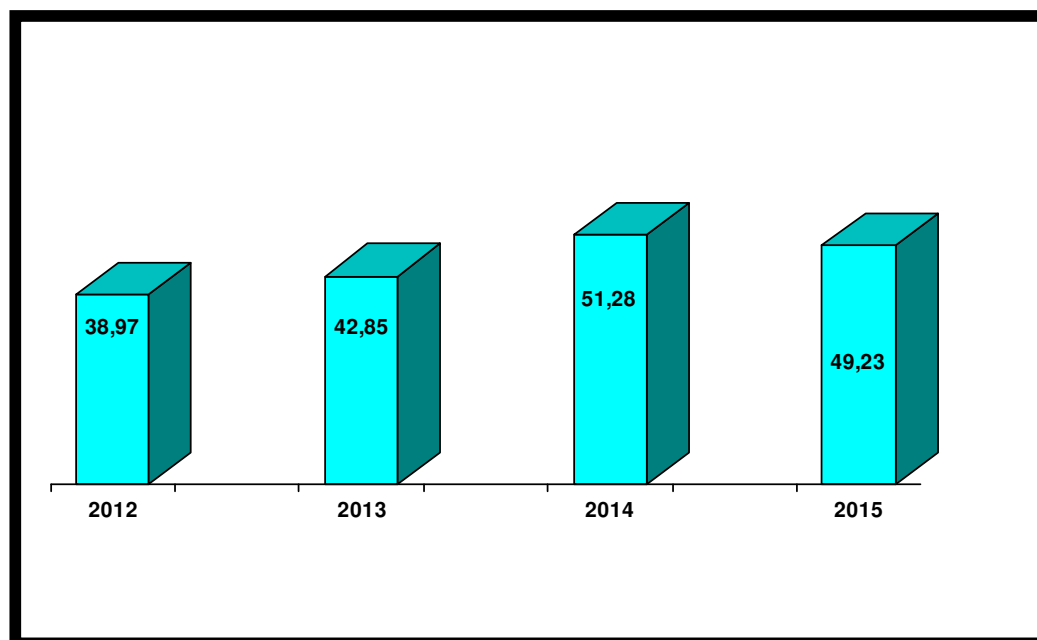
Tendo em vista o percentual encontrado em 2015, deve a SME se manifestar sobre a necessidade da adoção de medidas visando a uma reavaliação dos padrões estabelecidos na Portaria Conjunta E-DGE/DAD 01, de 11/12/89, para sanar a imperfeição apontada pelas unidades escolares.

➤ PESSOAL DE APOIO

Outra carência bastante sentida nas escolas é a dos servidores da área administrativa que trabalham nas secretarias das unidades. Nas unidades visitadas, 49,74% dos diretores afirmaram que os números destes servidores lotados nas escolas são insuficientes para as necessidades do dia a dia. Apesar da Secretaria Municipal ter relocado profissionais readaptados para esta função.

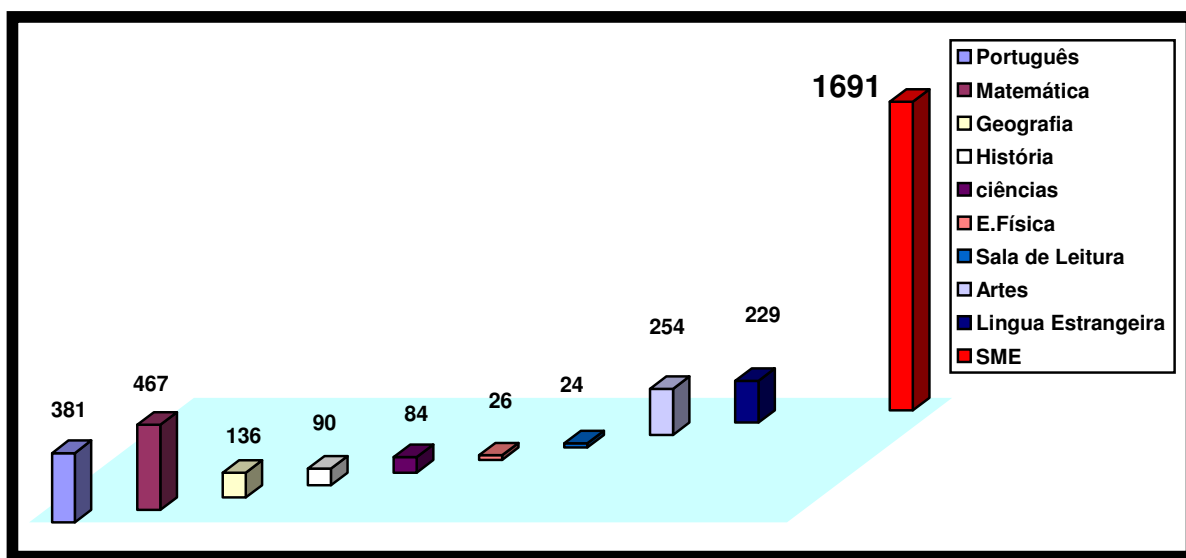
➤ CARÊNCIA DE PROFESSORES / TEMPOS SEM AULA

A 3ª. Inspeção Geral, ao realizar o Programa de Visitas – exercício 2008, apontou que 56,3% das unidades escolares de 2º. segmento possuíam algum tipo de disciplina com tempo sem aula. No exercício de 2009, este percentual foi de 59,57%, ou seja, 6,27% maior. No exercício de 2010, houve uma retração alcançando o percentual de 54,87%. No exercício de 2011, esta retração se acentuou com a realização de novos concursos públicos, chegando ao percentual mais baixo desde o início dos trabalhos - 38,97%, mantendo-se estável no exercício de 2012. Porém, em 2013 observamos um pequeno aumento deste percentual para 42,85%, chegando em 51,28% em 2014. Entretanto, em 2015, temos uma retração neste percentual para 49,23%.

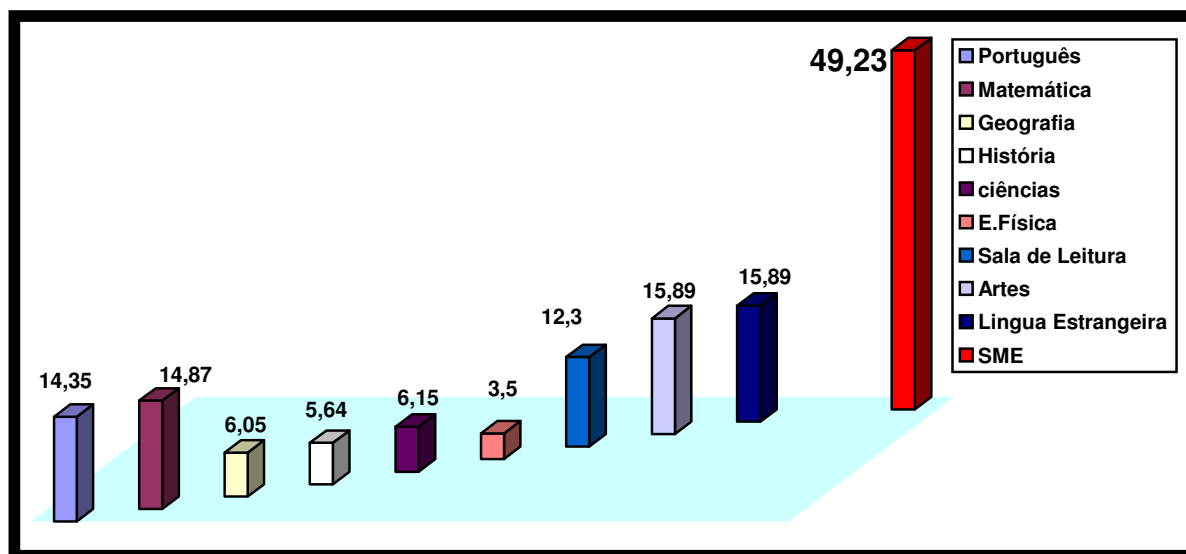


Procurou-se quantificar a carência destes profissionais, adotando como critério a quantidade de tempos sem aula de cada disciplina, conforme gráfico a seguir.

Total de tempos sem aula por disciplina

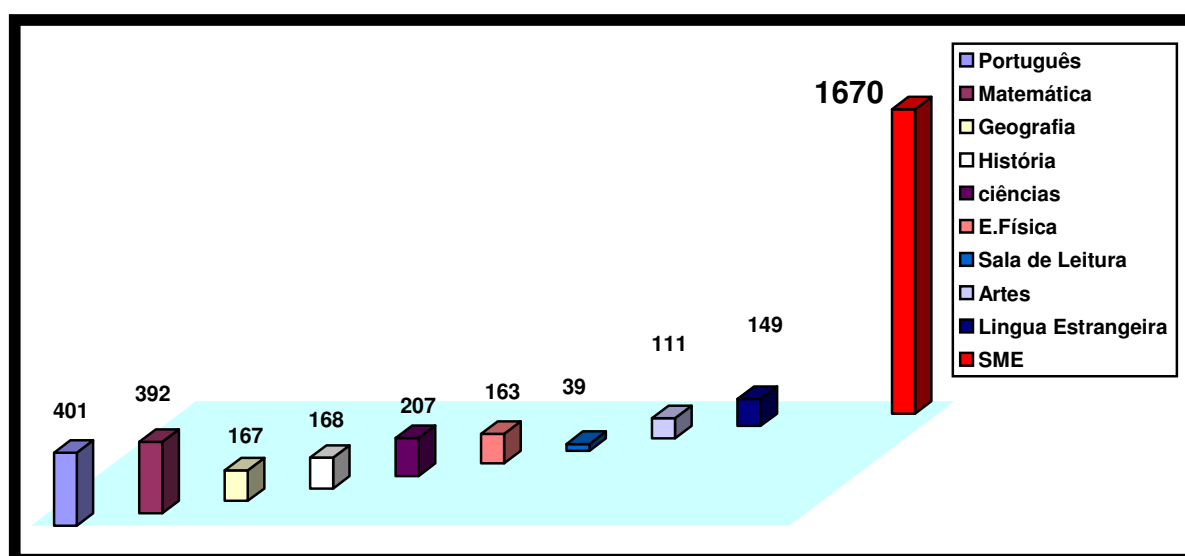


% de escolas que apresentam tempos sem aula por disciplina



Verificou-se também que em 94,35% das escolas visitadas existiam professores com dupla regência. Este percentual é superior ao encontrado no exercício de 2014 (93,84%).

No gráfico a seguir, está demonstrada a quantidade de professores que possuem dupla regência por disciplina:



Deve ser ressaltado que o percentual de escolas visitadas que possuem professores com dupla regência vem aumentando a cada ano, desde o início da pesquisa em 2008.

Acerca da carência de professores, a Secretaria Municipal de Educação – SME - enviou quando do retorno de diligência do processo nº 40/002051/2015 (relatório consolidado Programa de Visitas às Escolas – exercício 2014), cópia de publicações com homologações de concursos públicos para os cargos de professor de ensino fundamental anos iniciais e na disciplina matemática e educação infantil, além de novos Editais: SME nº 92 de 26/02/16, regulamentando o Concurso Público para Provimento de Cargos de Professor de Ensino Fundamental – Anos iniciais, SME nº 93 de 26/02/16, para professores de Ensino Fundamental nas Disciplinas Artes Plásticas, Artes Cênicas e Educação Musical, SME nº 94 de 26/02/16, para professores de Ensino Fundamental na disciplina Geografia e SME nº 95 de 26/02/16, para professores de Ensino Fundamental na disciplina matemática.

Nestes esclarecimentos, a Secretaria completa a sua informação que: “nos casos de concursos públicos com provas realizadas, divulgados os resultados das provas, os aprovados demonstraram que a Secretaria Municipal de Educação tem grandes desafios a vencer, frente aos

baixos percentuais de aprovação, insuficientes para atendimento à demanda, levando em conta a previsão de inauguração de 136 (cento e trinta e seis) novas unidades escolares em 2016, foram convocados novos concursos de PEF (anos iniciais) e PEF (anos finais) Matemática.”.

Outro ponto que deve ser destacado nos esclarecimentos trazidos pela SME (processo 40/2051/2015 – fls. 96), na informação sobre o status de cada concurso público realizado em 2015 é o alerta sobre o baixo desempenho dos candidatos, o que refletiria no número de aprovação.

Deve a SME trazer aos autos, quais os procedimentos adotados por aquela Pasta, a fim de identificar as razões para o baixíssimo desempenho dos candidatos nos concursos realizados, além de encaminhar a esta Corte o percentual de candidatos aprovados e considerados inaptos pela perícia médica, inclusive com detalhamento dos percentuais por tipo de inaptidão, dos concursos realizados nos anos de 2015 e 2016.

RESULTADOS DOS QUESTIONÁRIOS

PROFESSORES

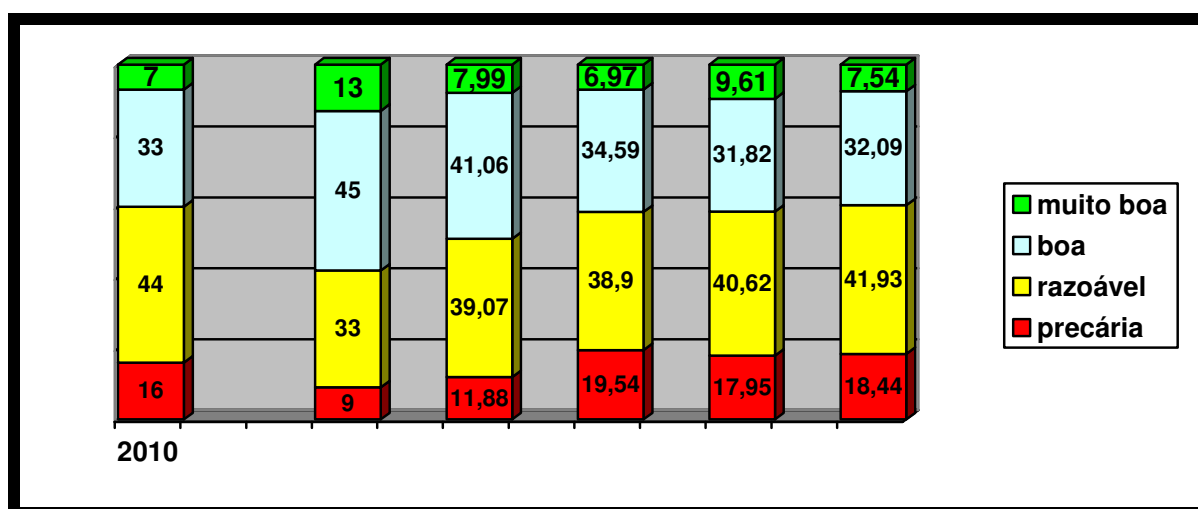
PAIS

ALUNOS

➤ QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES

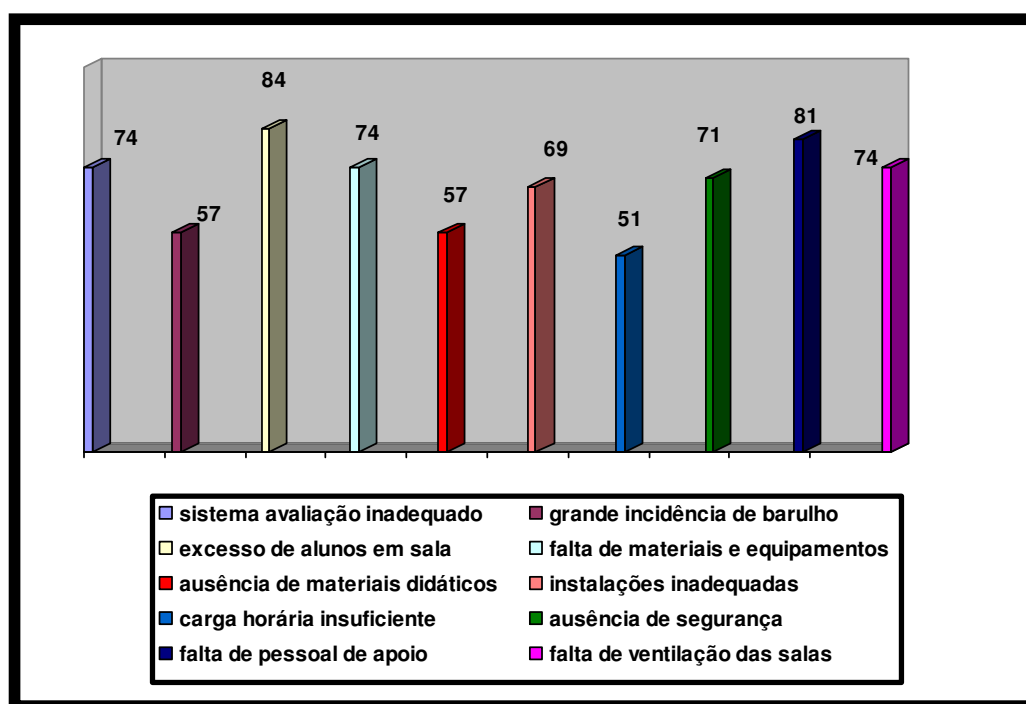
O presente trabalho, em conformidade com o plano amostral elaborado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, entrevistou 997 professores das mais diferentes disciplinas. O questionário aplicado aos professores visou obter uma avaliação sobre a situação da unidade em que trabalham. As onze questões propostas envolvem as condições de trabalho, a avaliação da parte pedagógica, possíveis atos de violência, bem como outros aspectos relacionados à rotina docente.

• CONDIÇÕES DE TRABALHO



Conforme verificado no gráfico, 39,63% dos professores consideraram suas condições de trabalho entre muito boa/boa, enquanto que 60,37% apontaram como razoável/precária, percentual maior ao registrado no ano de 2014.

Os principais problemas apontados por estes profissionais que dificultam o desenvolvimento do seu trabalho foram:

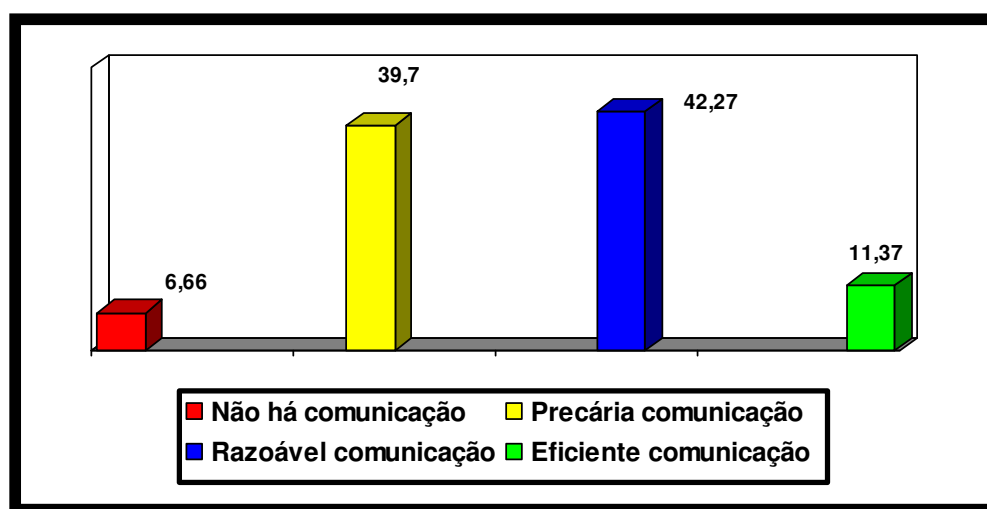


Nesta questão, cabe ressaltar que os profissionais entrevistados poderiam destacar vários problemas por ordem de prioridade. Sendo assim, o somatório dos percentuais revelados supera 100%.

É necessário, tendo em vista o aumento do percentual dos problemas apontados pelos professores que os impedem, *a priori* de realizarem um trabalho de melhor qualidade, que a SME abra um canal de comunicação com estes profissionais, com a finalidade de discutir ações factíveis, visando a diminuição ou a solução, a curto ou médio prazo, destes problemas, que, smj, podem interferir na qualidade do ensino.

- **AVALIAÇÃO COMUNICAÇÃO SME/CRE/PROFESSOR**

Foram solicitadas aos professores informações acerca da comunicação existente entre a Secretaria Municipal de Educação – SME, as Coordenadorias Regionais de Educação – CRES e os profissionais de ensino, acerca de possíveis cursos de reciclagem e orientações pedagógicas sobre as disciplinas lecionadas. O gráfico a seguir demonstra em percentual a eficiência ou não da comunicação existente entre a SME e os professores, conforme manifestação destes últimos:



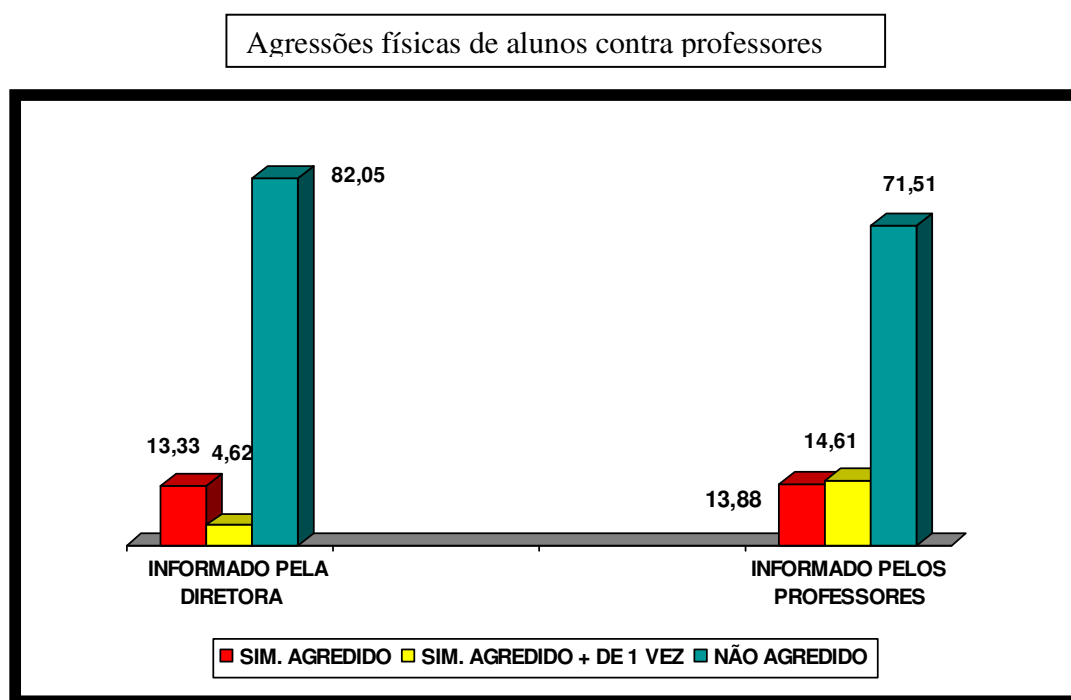
Pelos números verificados acima, cabe tanto à Secretaria Municipal de Educação – SME quanto às Coordenadorias Regionais de Educação – CRES - verificarem seus procedimentos de comunicação com os professores das unidades escolares, tendo em vista a piora destes índices em relação ao exercício anterior.

- **VIOLÊNCIA CONTRA PROFESSORES**

Muitas são, as notícias sobre o frequente avanço da violência nas escolas, tanto pública como privada contra os profissionais que atuam na unidade (professores, diretores e servidores). Apesar de este tema ser tratado sob vários pontos e abordagens pelos estudiosos do assunto, os técnicos da 3ª. Inspeção Geral resolveram direcionar a pesquisa e posterior análise para a

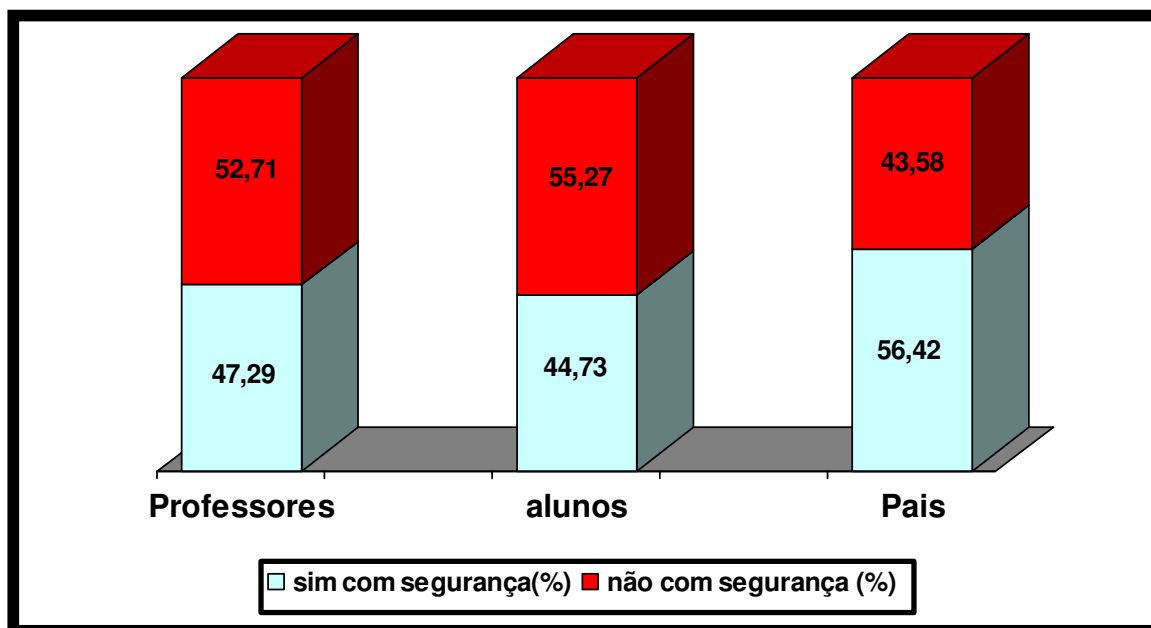
violência que ocorre contra os professores, notadamente aquela decorrente de atos praticados por alunos.

Após a realização da pesquisa, pode-se verificar que 28,49% dos professores relataram algum tipo de agressão física ocorrida na unidade de ensino. Este percentual é superior ao percentual encontrado no exercício de 2014 (21,36%). Este quantitativo, diferentemente de outros exercícios, é parecido quando as informações sobre o mesmo tema são fornecidas pelas direções das unidades, conforme pode ser percebido no gráfico a seguir:



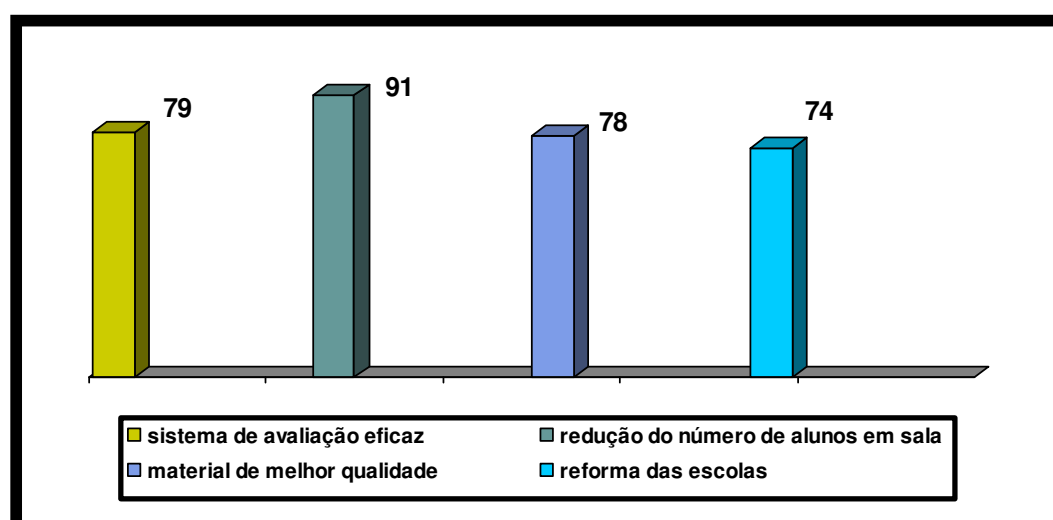
Conforme já apontado, houve um aumento no percentual de professores que apontaram terem sofrido agressões nas unidades escolares em relação ao exercício de 2014. Observou-se, também, que 81,25% dos professores agredidos afirmaram que a unidade escolar tomou as providências necessárias para evitar que tal situação se repetisse.

Quanto à questão da violência na escola, professores, alunos e pais assim se manifestaram sobre a percepção de segurança no interior das unidades.



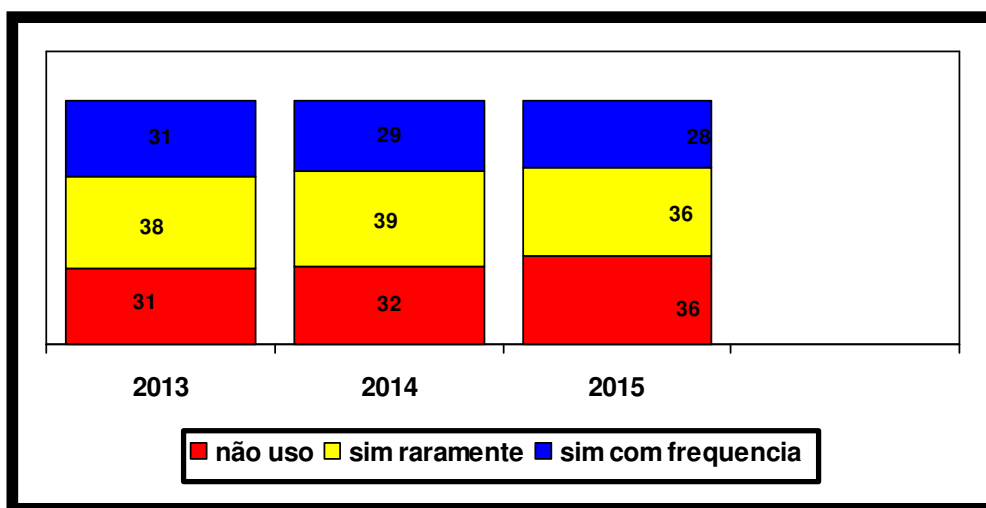
Apesar de 81,25% dos professores que sofreram algum tipo de agressão terem afirmado que as direções das unidades tomaram providências para evitar que tal situação voltasse a acontecer, quando perguntados se sentem-se seguros na unidades escolar, apenas 29,67% destes profissionais, afirmaram que sim. O que demonstra que uma vez agredido, a maioria dos professores mesmo com as medidas tomadas para evitar que tal problema voltasse a acontecer, não conseguiram ter o seu sentimento de segurança restabelecido.

As equipes perguntaram aos professores que tipo de ação poderia ser implantada para melhorar as condições de trabalho, sendo apresentados os seguintes resultados.

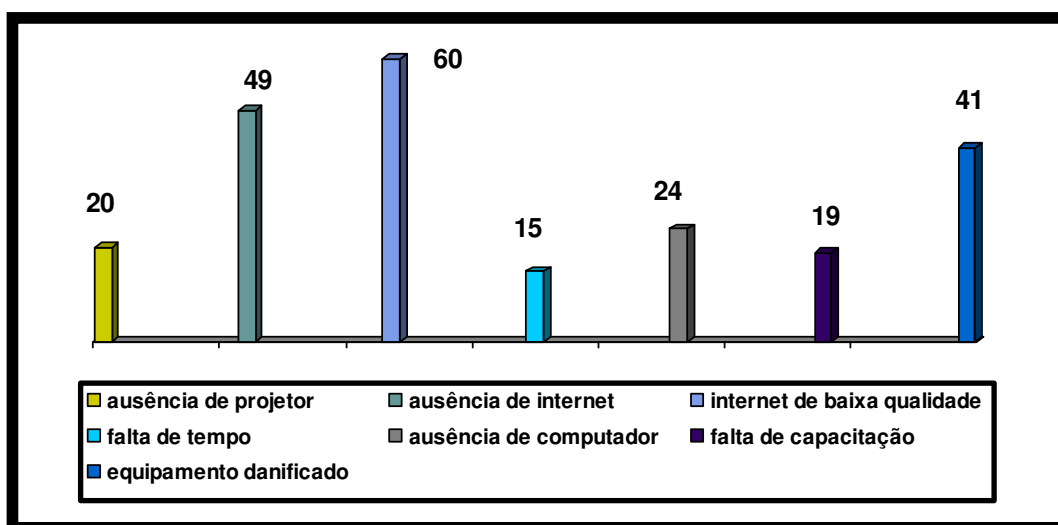


A Secretaria Municipal de Educação - SME, desde 2011, vem adotando procedimentos visando a instalação de projetores em sala de aula, para que os professores possam se utilizar de uma plataforma acadêmica denominada EDUCOPEDIA. A instalação destes equipamentos já foi escopo de verificação, por parte deste Tribunal, tendo em vista a falta de padronização para aquisição dos mesmos o que resultou em preços diferenciados para o mesmo tipo de serviço, conforme descrito no processo 40/2060/2012 em tramitação no TCMRJ.

As equipes que realizam o Programa de Visitas, desde 2013, realizam um acompanhamento da utilização, por parte dos professores destes equipamentos e percebe-se, através dos indicadores que este uso vem diminuindo ano a ano, conforme demonstrado no gráfico a seguir:



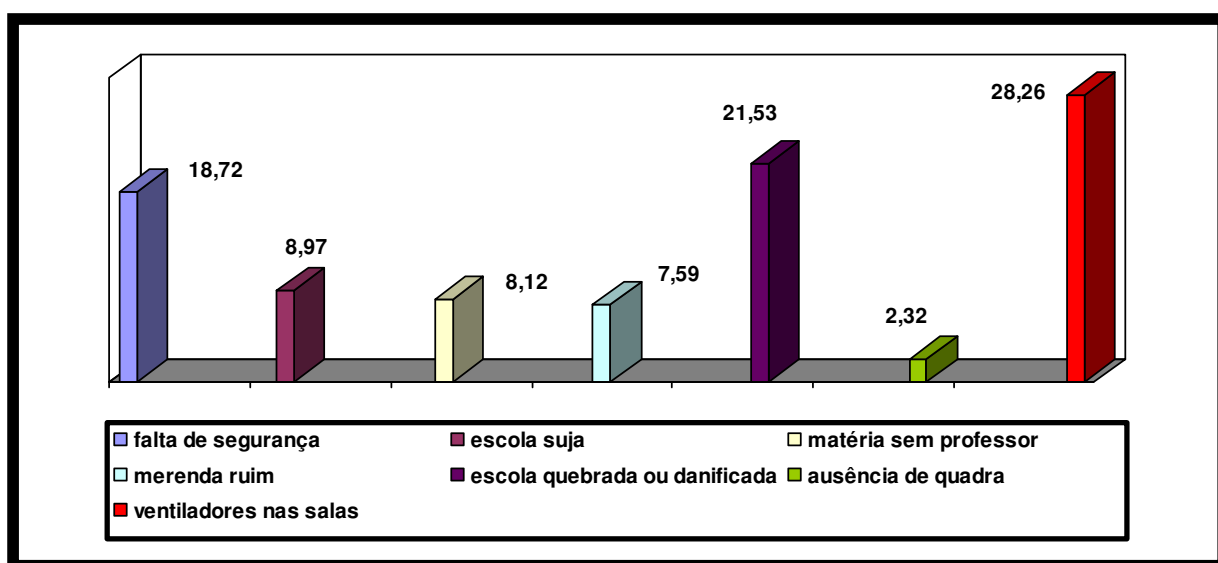
Os principais problemas apontados pelos professores que não usam ou utilizam apenas raramente os equipamentos foram:



Se faz necessário que a Secretaria Municipal de Educação – SME adote providências para a resolução dos problemas detectados para a utilização da plataforma EDUCOPÉDIA, a fim de que se possa intensificar o uso da mesma por parte dos professores, tendo em vista o custo de instalação destes equipamentos e como contrapartida o baixo percentual de utilização por parte dos mesmos. Sendo assim, deve aquela Secretaria prestar informações a esta Corte de Contas, sobre os procedimentos que serão adotados para que os problemas apontados possam ser solucionados.

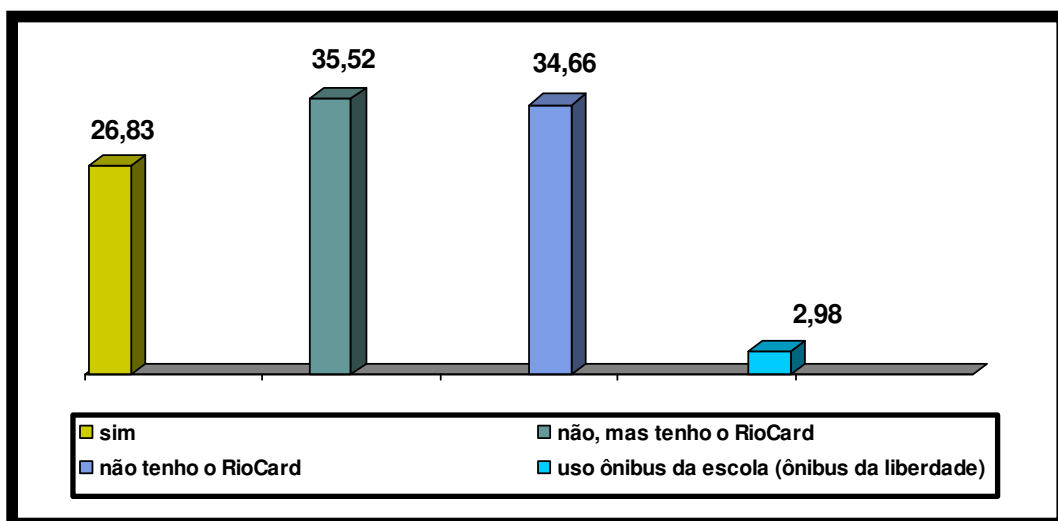
➤ PESQUISA COM OS ALUNOS

Em questionário aplicado pelas equipes da 3ª. Inspectoria Geral, os alunos apontaram quais seriam os principais problemas da sua escola, eis os resultados:



Nestes indicadores, em relação ao exercício de 2014, verifica-se um aumento no item relacionado com a falta de segurança – de 15,42 para 18,72%. Um ponto positivo foi a retração do percentual referente a problemas com ventiladores de 44,1% em 2014 para 28,26% em 2015. Tal diminuição decorre do processo de climatização que está em andamento nas escolas municipais, que apesar dos problemas, foi o fator preponderante para a diminuição deste percentual.

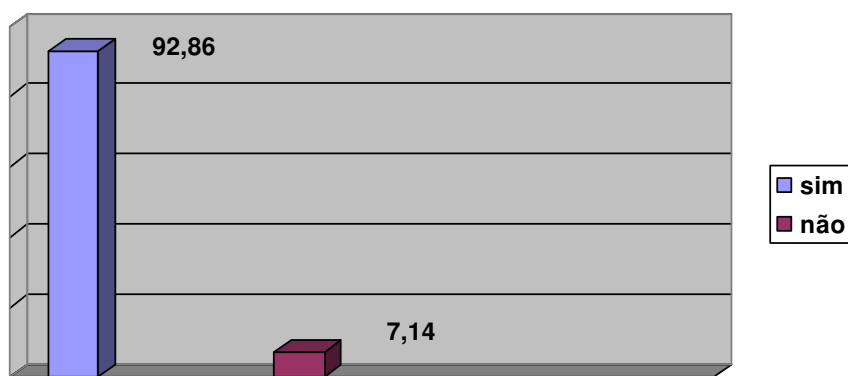
Outro item questionado era se os alunos utilizam o RioCard para irem a escola.



➤ PESQUISA COM OS PAIS

Através dos questionários aplicados aos pais, as equipes desta Corte de Contas procuraram identificar a percepção dos responsáveis em relação à escola em que seus filhos estudam, como também, conhecer um pouco do perfil das famílias que utilizam a Rede Municipal de Ensino.

OS PAIS DEVERIAM PARTICIPAR MAIS NO DIA A DIA DA ESCOLA?

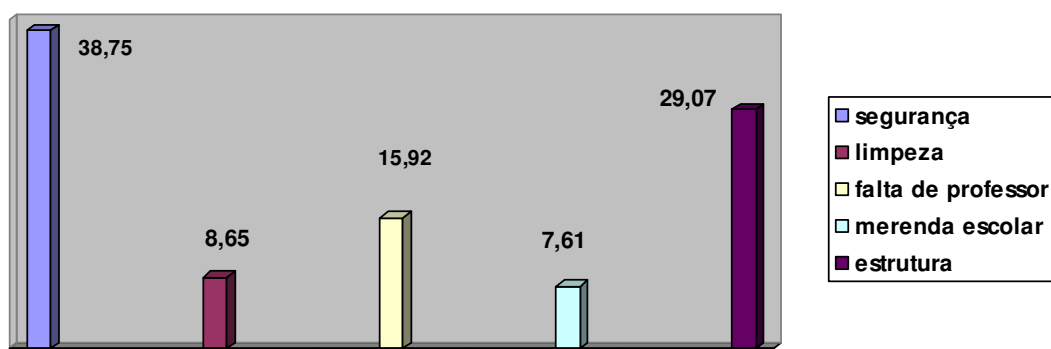


Este indicador traz números bem emblemáticos. Na pesquisa realizada com pais e professores, há um consenso entre todos sobre a necessidade de maior participação dos pais na escola. A cada ano, estes números permanecem praticamente os mesmos, o que demonstra que a tão esperada participação não acontece. Deve ser elaborado um trabalho mais profundo, com o

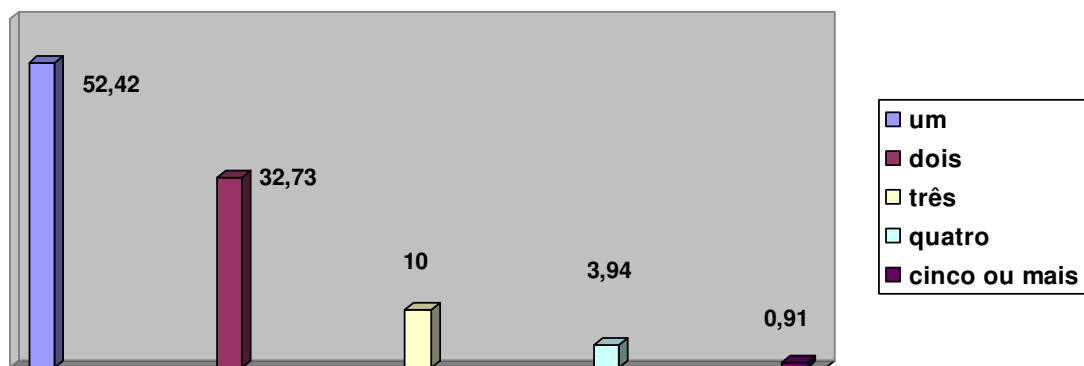
fito de que se possa perceber em que momento ou por que, esta participação efetivamente não se concluiu.

PRINCIPAIS PROBLEMAS DA ESCOLA (%)

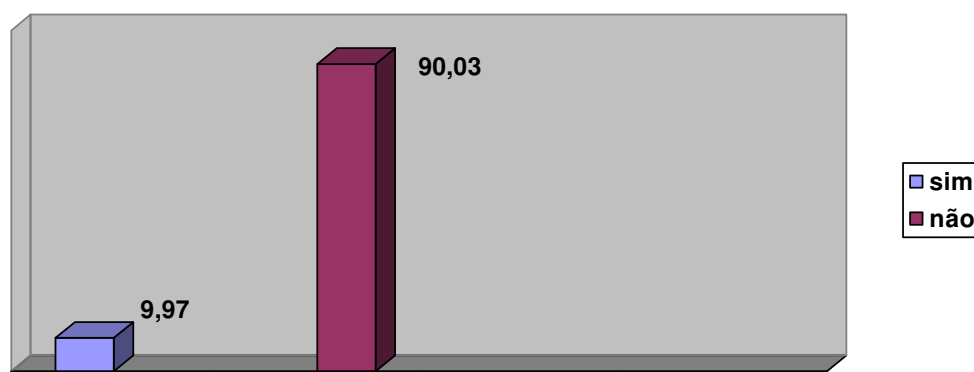
Houve um aumento significativo na percepção dos pais quanto a questão de estrutura das escolas em relação ao exercício de 2014, este percentual subiu de 26,35% para 29,07%. Coincidindo com o aumento do percentual de escolas consideradas precárias por esta Corte.



QUANTOS FILHOS MATRICULADOS NA REDE MUNICIPAL (%)

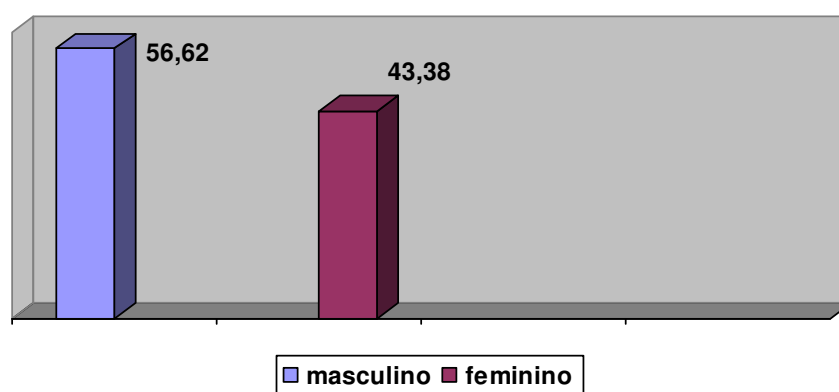


O SEU FILHO FOI TRANSFERIDO DE ESCOLA PARTICULAR NOS ÚLTIMOS DOIS ANOS? (%)



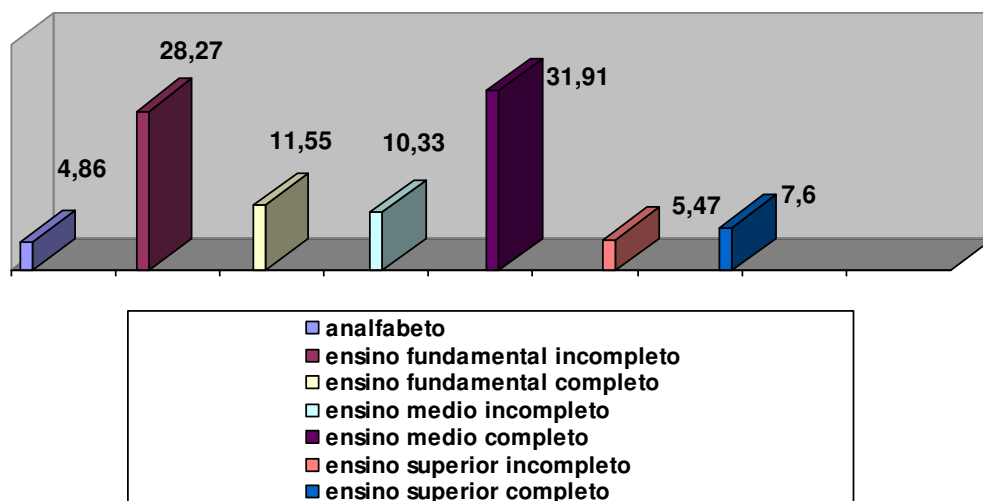
Verificou-se que estes percentuais mantiveram-se inalterados em relação ao exercício de 2014.

O RESPONSÁVEL PELA PRINCIPAL RENDA FAMILIAR É DO SEXO (%)



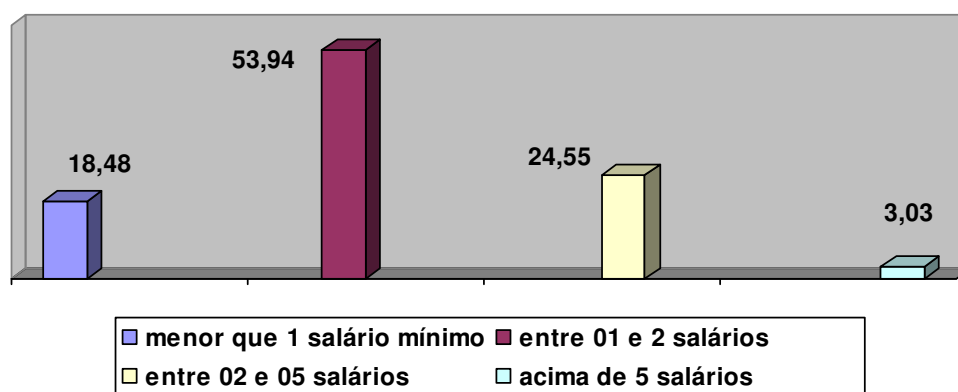
Da mesma forma que ocorreu em 2014, no presente exercício, continua havendo um aumento no percentual de mulheres que passaram a ser a responsável pela principal renda familiar, de 41,53% para 43,38%.

O GRAU DE INSTRUÇÃO DO(A) CHEFE DE FAMÍLIA (%)



Neste item verificamos uma diminuição do percentual de analfabetos em relação ao ano de 2014 de 6,45% para 4,86% e um aumento do percentual de ensino superior completo de 6,45% para 7,60%.

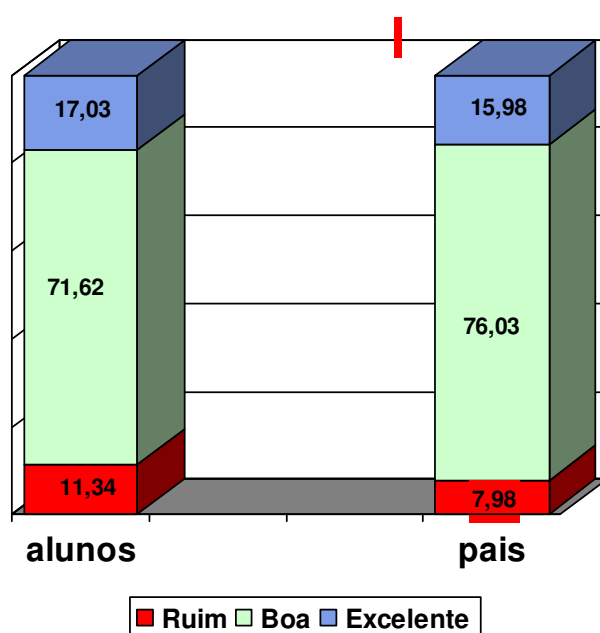
A RENDA TOTAL DA FAMÍLIA (%)



Em relação ao ano anterior, houve um crescimento das famílias com renda total menor de 1 salário mínimo de 13,55% para 18,48% e uma diminuição na faixa entre 01 e 02 salários de 58,06% para 53,94%.

Em relação ao exercício de 2013, observou-se um aumento percentual das faixas de renda: entre 02 e 05 salários (de 21,2 para 24,84%) e acima de 05 salários (de 2,17 para 3,55%).

AVALIAÇÃO DE PAIS E ALUNOS SOBRE A ESCOLA (%)



Tanto pais quanto alunos classificaram a qualidade da unidade escolar como boa/excelente, com percentuais acima de 80%.

Estes resultados podem ser analisados sob dois aspectos. A primeira leitura dos números poderia sugerir que, apesar dos problemas encontrados nas unidades, a escola ainda é, para esses indivíduos, o único serviço público prestado pelo Estado efetivamente universalizado. A escola pode ser boa ou ruim, mas a população tem a certeza de que terá acesso ao serviço caso deseje.

Outro aspecto que pode ser vislumbrado e pensado acerca destes resultados é a ausência de informações por parte dos pais e alunos que permitam a esses indivíduos dispor de critérios para estabelecerem uma comparação qualitativa entre as escolas. Diante desta perspectiva emerge a

importância do controle social que poderá ser viabilizado com a divulgação de indicadores relativos à área de educação, tanto da gestão como da evolução pedagógica, campanhas de conscientização, à participação dos pais na rotina da escola, à criação de vínculo entre a escola e a comunidade na qual está inserida.

Sendo assim, esta Corte de Contas além de disponibilizar todos os resultados das visitas em seu site www.tcm.rj.gov.br, através de georreferenciamento e relatórios, lançou em 09/12/2015, um aplicativo denominado “TCMRJ – Visitas às Escolas”, primeiramente, na plataforma android, disponível na google play, onde o cidadão poderá, além de verificar o que foi apontado pelo Programa de Visitas às Escolas em cada unidade, enviar solicitações e demandas diretamente ao TCMRJ, participando da melhoria das escolas públicas.

7 – Conclusão

Os números apresentados neste relatório, podem servir de subsídios para nortear o planejamento de ações e desenvolvimento de estratégias a serem adotadas pela Secretaria Municipal de Educação - SME, devendo aquela Secretaria, efetuar os estudos necessários para alterar os indicadores que considerar insuficiente e que foram apresentados no presente relatório.

Diante do exposto, manifestamo-nos pela baixa dos autos em diligência, a fim de que a SME, preste informações sobre o apontado no presente relatório.

Cópia do presente trabalho deverá ser encaminhada à Comissão de Educação da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

3ª. IGE, 12/04 /2015

Marcus Vinicius Pinto da Silva
Inspetor Geral – 40/900.360

